



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JOSÉ VICTOR SANTOS SILVA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ABORDAGEM DA ABRANGÊNCIA E
RESULTADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, CAMPUS DE
ARAPIRACA

ARAPIRACA
2019

José Victor Santos Silva

Assistência Estudantil: Uma Abordagem da Abrangência e Resultados na Universidade
Federal de Alagoas, Campus de Arapiraca

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado
a Universidade Federal de Alagoas – UFAL,
Campus de Arapiraca, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Administração
Pública.

Orientador: Prof.º Dr. Renato Luis Pinto Miranda

Folha de Aprovação

AUTOR: JOSÉ VICTOR DOS SANTOS SILVA

**Assistência Estudantil: uma abordagem da abrangência e Resultados na
Universidade Federal de Alagoas, Campus de Arapiraca**

Trabalho de Conclusão de
Curso, apresentado ao Curso de
Administração Pública da
Universidade Federal de
Alagoas, Campus Arapiraca,
como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel
em Administração Pública,
aprovada em
_06 / _11 _ / 2019_.

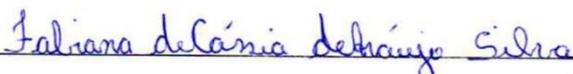
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Renato Luis Pinto Miranda (Orientador)



Prof. Msc. Bruno Setton Gonçalves (MEMBRO 1)



Prof. Msc. Fabiana Cassia de Araujo Silva (MEMBRO 2)

A Minha Mãe (*in memoria*), a pessoa mais importante da minha vida, que me possibilitou esta conquista, a mulher que mais batalhou na vida por mim para que eu pudesse realizar esse sonho, essa vitória é nossa Mãinha.

A minha família que sempre me apoiaram nos meus estudos, em especial minhas irmãs, Amanda, Carol e Vitória. Antônio e João, o tio ama vocês.

Dedico.

Negar o dever de transparência é escancarar as portas para a prática das mais gravosas condutas de corrupção. Na Administração Pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado.

Ismar Viana

RESUMO

Este trabalho trata-se da política de assistência estudantil, implantada pela Pró-reitoria Estudantil (PROEST), por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), analisando se esta política está auxiliando e conduzindo os alunos para a sua formação, possibilitando os discentes em linha de vulnerabilidade socioeconômica a concluírem seus cursos de formação superior. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem algumas linhas de auxílios com foco em alunos em condições de carência, dando-lhes condições de permanência na universidade, com foco no campus de Arapiraca. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas em artigos da plataforma on-line Google Acadêmico, na plataforma SciELO, periódicos (Portal da CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nele, é apresentado a trajetória e os conceitos de políticas públicas, política de assistência estudantil, a formação do ensino superior no Brasil e a gestão pública, bem como a política de assistência estudantil geral da UFAL seguida da abrangência do campus de Arapiraca. Os resultados foram encontrados por meio de levantamento de dados e aplicação de questionários, formulários online do Google aplicados em uma amostra dos discentes que são assistidos pelo programa. Os dados foram lançados e analisados para viabilizar a avaliação de alunos que estão sendo assistidos pelo programa, os pontos de melhoria e principais problemas enfrentados por eles.

Palavras-chaves: Graduação. Permanência. Política de Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Socioeconômica.

ABSTRACT

This work deals with the student assistance policy, implemented by the Studently Rectory PROEST, as the acronym in Portuguese, through the National Student Assistance Program PNAES, as the acronym in Portuguese, analyzing whether this policy is supporting and leading students to their formation, enabling those who are ranked on the socioeconomic vulnerability line to complete their higher education courses. The Federal University of Alagoas, UFAL, as the acronym in Portuguese, has some education grants focusing on students in poverty conditions, giving the opportunity conditions of staying at the university, focused on the Arapiraca campus. The work was developed through research on articles from Google Scholar online platform, SciELO platform journals (CAPES Portal) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). It brings the trajectory and concepts of public policies, the policy for student assistance, the development of the higher education in Brazil and public management, the second part is based on UFAL's policy for general student assistance, followed by the one implemented at the Arapiraca campus. The results were found through data collection and questionnaires and Google online forms applied to a sample of students who are assisted by the program. The data was released and evaluated to enable a proportion of the number of students being assisted by the program, points of improvement and main problems faced by them.

Keywords: University graduate. Permanence. Student Assistance Policy. Socioeconomic Vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CECA	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
D.O.U	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
ENEM	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
FONAPRACE	FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
HU	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IFES	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
NAE	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA
PNAES	PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PPA	PLANO PLURIANUAL
PROEST	PRO-REITORIA ESTUDANTIL
PROUNI	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
REUNI	PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
RU	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
RUA	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA ALAGOAS
SCIELO	SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE
SIGAA	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
SiSU	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	10
1.2	OBJETIVO GERAL	11
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.2	A POLÍTICA PÚBLICA E A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	16
2.3	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	16
2.4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	20
2.5	A GESTÃO PÚBLICA	21
3	OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	23
3.1	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	23
3.2	MATERIAIS E MÉTODOS	23
3.2.1	DA BUSCA, DA SELEÇÃO E DO ESTUDO	24
4	A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	25
4.1	A EXPANSÃO DA UFAL	25
4.2	A POLÍTICA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	28
4.2.1	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	28
4.2.2	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	28
4.2.3	PROGRAMA DE BOLSAS E AUXÍLIOS	29
4.2.4	CARTÃO ODONTOLÓGICO	29
4.2.7	DA SELEÇÃO DOS ALUNOS PARA DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DOS AUXÍLIOS/BOLSA	30
4.3	PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL QUE ABRANGEM O CAMPUS DE ARAPIRACA.....	31
4.4	DO QUANTITATIVO DE DISCENTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA E DOS VALORES PAGOS	31
5	RESULTADOS	33
5.1	DOS CURSOS E DISCENTES ASSISTIDOS.....	33
5.2	DO AUXÍLIO E/OU BOLSA CONCEDIDO.....	36
5.3	DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS DISCENTES	37

5.4	DA SATISFAÇÃO DOS DISCENTES QUANTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAL, CAMPUS DE ARAPIRACA	39
5.5	DAS DIFICULDADES E MELHORIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	42
5.6	DA GESTÃO E DOS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAL	42
5.6.1	DOS INDICADORES DE GRADUAÇÃO	43
5.6.2	DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO AOS DISCENTES/BOLSISTAS NO CAMPUS DE ARAPIRACA E RESPECTIVAS UNIDADES DE ENSINO.....	60

1 INTRODUÇÃO

As Políticas de Assistência Estudantil, hoje, nos mostram um cenário bem diferente de antigamente, quando falamos de ensino superior no país. Hoje, o filho de um pobre têm condições e meios de estudar na mesma faculdade que o filho de um rico. Em meio a inúmeras lutas, hoje conseguimos ver um cenário onde existem Políticas Estudantis que fomentam os estudos de inúmeros alunos do ensino superior.

As Políticas Estudantis, são as responsáveis por manter e custear os estudos de muitos dos alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômicas. Alunos estes que usam os recursos para manter e conseguir finalizar seus cursos de graduação, para concorrer por igual com alunos da rede de ensino superior privada, onde sabe-se, que o ensino é de qualidade e bom, custeado por mensalidades altas cobradas aos alunos.

As Políticas de Assistência Estudantis são um marco na história do ensino superior público no país, resultado de muitas lutas da classe hoje usuária destas políticas.

Quando tratamos do ensino superior no país, tratamos de pessoas que na sua grande maioria não têm condições para manter despesas, apesar de ser ensino público, sabemos que existem gastos que muitas vezes são as causas de muitas desistências, sejam gastos com materiais, apostilas, livros, instrumentos, refeições, transporte etc., esses gastos muitas vezes fazem os alunos desistirem por não terem condições de custear.

Alunos que passam o dia na universidade, tem-se aí gastos com refeição, materiais que muitas vezes há a necessidade de comprar como apostilas, entre outros. É neste ponto que as Políticas de Assistência Estudantil vem dá suporte a estes alunos, seja com valores pago a eles mensalmente para custear transporte ou gastos com materiais, ou com refeições gratuitas e com valores bem baixos para alunos que estão em condições de vulnerabilidade socioeconômicas.

Estas Políticas Estudantis tem como ponto para concessão editais que devem ser lançados periodicamente para que ao passo que os alunos vão iniciando nas universidades eles tenham um apoio para se manter, diminuindo a evasão nos cursos de graduação nas universidades públicas no país.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Este estudo é orientado pela problemática de como a Política de Assistência Estudantil implantada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) vem contribuindo para a permanência dos discentes nos respectivos cursos de graduação no campus de Arapiraca?

1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar a Política de Assistência Estudantil implantada pela UFAL no campus de Arapiraca, para os discentes que necessitam da assistência estudantil e que garanta a permanência e a formação desses discentes em seus respectivos cursos de graduação.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar a abrangência da política no campus de Arapiraca. Verificar as necessidades dos discentes assistidos pela política. Averiguar a demanda da Assistência na UFAL nos últimos 6 anos. Analisar a política de assistência estudantil implantada no campus de Arapiraca.

1.4 JUSTIFICATIVA

O papel da assistência estudantil nas universidades vem crescendo muito nos últimos anos, principalmente com a reestruturação e expansão das universidades públicas federais no país, a assistência estudantil tem seu papel e objetivo ampliados juntos com as universidades.

Segundo Vinhais (2013), o processo de expansão do ensino superior se deu em três fases, a primeira é a expansão do número de vagas e cursos de graduação nas sedes existentes das universidades. Na segunda fase, houve o aumento do número de vagas com a interiorização das universidades em diversas regiões do país. Já na última fase, vem o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio de Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Com isso temos então o papel da assistência estudantil maior nas universidades, tendo tal objetivo de garantir a permanência dos alunos nos respectivos cursos superior. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PANES), tem como apoio os estudantes de baixa renda matriculados nas Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES) com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidade entre os alunos e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Através do PANES, a UFAL implementou a política de assistência estudantil expandindo para os demais *campi*. No campus de Arapiraca não sendo diferente do campus A.C. Simões e do campus Sertão, também foi contemplado com a política, que tem como monitora e executora a Pró-reitoria Estudantil (PROEST) no campus de Maceió e nos demais campus os Núcleos de Assistência Estudantil (NAES), cada um sediado nos respectivos *campi* e unidades de ensino, sendo o NAE, a ponto entre os alunos do interior com a PROEST.

É com essa relevância que vemos que a política de assistência estudantil do campus de Arapiraca merece um estudo para verificar se ela está assistindo a todos os necessitados, bem como está cumprindo o objetivo para o qual foi criada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas de Assistência Estudantil não são apenas uma forma de “ajuda”, elas têm o propósito de garantir que os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômicas consigam permanecer em seus cursos de graduação permitindo que, independente da condição financeira que uma pessoa tenha, ela possa concluir seu curso de graduação. Trata-se, a educação, de um direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, como um direito social, sendo deste modo, obrigação do Estado garantir a educação de qualidade aos brasileiros.

Segundo o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD) (2016, [não paginado]), dentro do rol dos direitos humanos está o direito à educação, direito este amparado por normas nacionais e internacionais¹. É um direito fundamental, está dentro deste rol um processo de desenvolvimento individual à condição humana, sendo também, visto de forma coletiva.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída a partir de 2008 nas universidades públicas, é o norte para o desenvolvimento, ficando a cargo do Serviço Social, o papel de desenvolvedor desse vínculo, ou seja, discente e os programas de assistência.

“Tanto as políticas de acesso, quanto as políticas de assistência estudantil tem como objetivo igualdade de oportunidade para todos os discentes, defendendo e objetivando a permanência deles nas universidades” (REUNI, 2007, [não paginado]).

Temos então, as políticas de assistência estudantil como tripé para que muitos dos alunos que ingressão em cursos superiores permaneçam e concluam seus cursos. Assim como muitos, que não se enquadravam em um perfil de vulnerabilidade, ao ingressar nos cursos, mas que no decorrer do curso podem chegar a se enquadrar nas políticas.

A assistência estudantil surgiu através de muitas lutas e constantes mobilizações. Segundo Estrada e Radaelli.

Estrada e Radaelli (2014), pontua que as ações voltadas à assistência estudantil decorrem de lutas e mobilizações pela comunidade acadêmica, marcada por avanços e retrocessos.

¹ Neste texto, apresentamos apenas um panorama do direito à educação na legislação nacional. No entanto, devemos lembrar que muitas dessas leis encontram parâmetros em normativas internacionais. Alguns exemplos são o Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990), a Declaração de Amsterdã (2004) e a Declaração de Jacarta (2005)

Como em toda luta por direitos, com a assistência estudantil não foi diferente, vários grupos que se puseram na luta para conseguir direitos, que até hoje vigoram, tonando-se leis, como é o caso do Direito a Educação elencado no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, “a educação é direito de todos e dever do Estado [...], será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (Art. 205 da CF/88).

Nesse ponto, vale destacarmos a importância da existência de apoio aos estudantes como destaca Estrada e Radaelli (2014), é importante existir ações de apoio aos estudantes, pois as políticas de assistência estudantil é um dos meios que garante a efetiva participação dos estudante, que vão das condições de acesso à instrumento necessários à formação profissional dos discentes, assim como geração de recursos para a sobrevivência dos discentes.

De modo geral, temos a assistência estudantil como o fornecimento de recursos financeiros, moradia estudantil, restaurantes universitários etc., porém, segundo (FONAPRACE, 2000), a assistência estudantil vai muito além desses pontos, devendo ser vista como a comunidade acadêmica completa, ou seja, a democratização do acesso e a garantia de uma universidade pública e que se comprometa com a qualidade da educação superior.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), dispõe de um programa de assistência estudantil assim como diversas outras universidades públicas. A Pró-reitoria Estudantil (PROEST), a qual é responsável pelo monitoramento, avaliação e manutenção dos alunos no programa de assistência estudantil, está sediada na capital do estado de Alagoas, Maceió, no campus A.C. Simões, onde, são desenvolvidos programas em quatro linhas prioritárias de ações - inclusão e permanência; apoio ao desempenho acadêmico; promoção da cultura, do lazer e do esporte; e assuntos de interesse da juventude. Resultando em programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsas permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, cultural, esportiva e de formação técnica. Com tudo, o campus Arapiraca, está limitado a apenas algumas dessas linhas do programa, os quais veremos mais à frente.

Neste capítulo, serão apresentados os temas que fundamentará a discussão sobre este trabalho, que apresenta como principal foco, a política de assistência estudantil e suas evoluções ao longo dos anos no Brasil.

Com isso inicia-se com a conceituação de políticas públicas e o papel do governo com as políticas públicas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas pública são atividades do governo, determinadas através de problemas públicos, algumas de alta abrangência, outras restritas a grupos específicos. Alguns autores definem a política pública enquanto análise, outros trazem como pontos de decisão, já outros como a informação, que muitas vezes, é a ausência da informação ou a informação parcial. Tem-se então quatro fundadores da área de políticas públicas, segundo Souza (2006), H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) traz o termo *policy Analysis*, análise de política pública, “como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2006, p. 23). Enquanto Simon (1957), traz o conceito de *policy makers*, como racionalidade limitada dos decisores públicos, argumentando que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, sendo limitada por problemas como informações incompletas ou imperfeitas, tempo para a tomada de decisão etc., podendo ser maximizada pela criação de estruturas, com o propósito de enquadramento dos autores para enquadramento de resultados desejados, impedindo a maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959-1979), questionando os conceitos de Laswell e de Simon, tendo fundamentando que a formulação e análise das políticas públicas, como relação de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, necessitando a incorporação de outros elementos. Já Easton (1965), tem a política pública como um sistema, sendo essas políticas receptoras de pontos de entrada de meios externos, influenciando assim seus resultados.

Souza (2006, p.22), tem a política pública como área do governo, defini como ferramenta de decisão do governo “é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências”.

Com inúmeras definições, não temos ao certo uma definição concreta do que seriam políticas públicas. Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28), tem a política pública como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Souza (2006, p.26), tem um conceito parecido com o de Saraiva e Ferrarezi (2016), onde as políticas públicas “constitui-se no estágio que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Com isso, há a existência de pontos de vistas diferentes para o que seria a política pública, definida por linhas paralelas, porém, direções que se distanciam em alguns pontos e outros se unificam.

2.2 A POLÍTICA PÚBLICA E A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Como foi visto, não existe uma definição exata de política pública. Para tanto, temos que entender o que são as políticas pública, aqui levaremos em consideração a definição de Saravia e Ferrarezi (2006). Com tal definição, vamos então, conectar a política pública com a problemática. A assistência estudantil, estudada aqui é uma política estudantil que tem por base o PNAES, que é hoje a principal política de assistência estudantil implantada pelo Ministério da Educação (MEC).

As políticas de assistência estudantil fazendo parte das políticas públicas sociais que são de responsabilidade do Estado, Carrano, Bertassi, e Silva (2018), que se dá como um sistema constitucional-legal, que coordena e regula toda a sociedade, por meio de leis ou ordem jurídica. Essa atuação viabiliza ações sociais através da administração pública (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Quanto a definição de Estado, Höfling (2001) traz uma definição mais sintética, definindo como um conjunto de instituições permanentes (órgãos legislativos, tribunais, exército etc.), que possibilitam ações do governo. É nesse sentido que Carrano, Bertassi, e Silva (2018, p. 4), explica a relação Estado com Políticas Públicas onde “[...] é possível inferir que o Estado é o implementador das políticas públicas e, por meio da administração pública desempenhada pelo seu conjunto de instituições permanentes, deve se orientar pelos interesses coletivos da sociedade durante a elaboração e implantação dessas políticas” (CARRANO, BERTASSI, & SILVA, 2018, p. 4).

Tem-se assim, a problemática de uma política pública, a política de assistência estudantil no campus de Arapiraca.

2.3 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Pinto (2015, p. 24), somente em 1920 o Brasil teve sua primeira universidade. A Universidade do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 14.343, reunindo a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e duas das faculdades livres de Direito, que foram fundidas. Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais (BRASIL, 1920, 1927).

Segundo Pinto (2015, p.24), apenas com o Decreto 5.616 (BRASIL, 1928) regulou a instalação de universidades nos Estados, estabeleceu assim, critérios que visavam limitar sua multiplicação. O Decreto 5.612 (BRASIL, 1928) criando assim a Casa do Estudante Brasileiro em Paris com recursos públicos que tinha por fim “facilitar a vida material dos estudantes patrícios na capital francesa”.

Foi então no início do governo do Presidente Getúlio Vargas (1930) surgiu a primeira ação de assistência estudantil, no Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil, “instituição sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes” (ARAÚJO, 2007, p. 23).

“No primeiro andar funcionava uma cantina frequentada por estudantes com condições financeiras baixa da cidade e por clandestinos que se passavam por estudantes para comer comida de qualidade boa e barata” (ARAÚJO, 2007, p. 23).

Segundo Pinto (2015) sucedeu assim os seguintes fatos, esses decorrentes da assistência estudantil, criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930), o Estatuto das Universidades Brasileira (1931) e o Conselho Nacional de Educação (1931), cada um com seu papel e objetivo pré-definido.

Com isso, vem a evolução do ensino superior no país. Souza (2015), aponto essa evolução como a primeira Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961), a criação de 11 novas universidades no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a instituição do órgão representativo dos estudantes, Diretório Acadêmico e o Diretório Central dos Estudante Lei nº 4.464, no governo do Presidente Castello Branco.

Segundo Pinto (2015), é em 1970 que é criado o Departamento de Assistência Estudantil, órgão vinculado ao Ministério da Educação com o objetivo de manter uma política de assistência estudantil em nível nacional, através de programas específicos.

Então é instituída a nova LDB, segundo Pinto (2015),

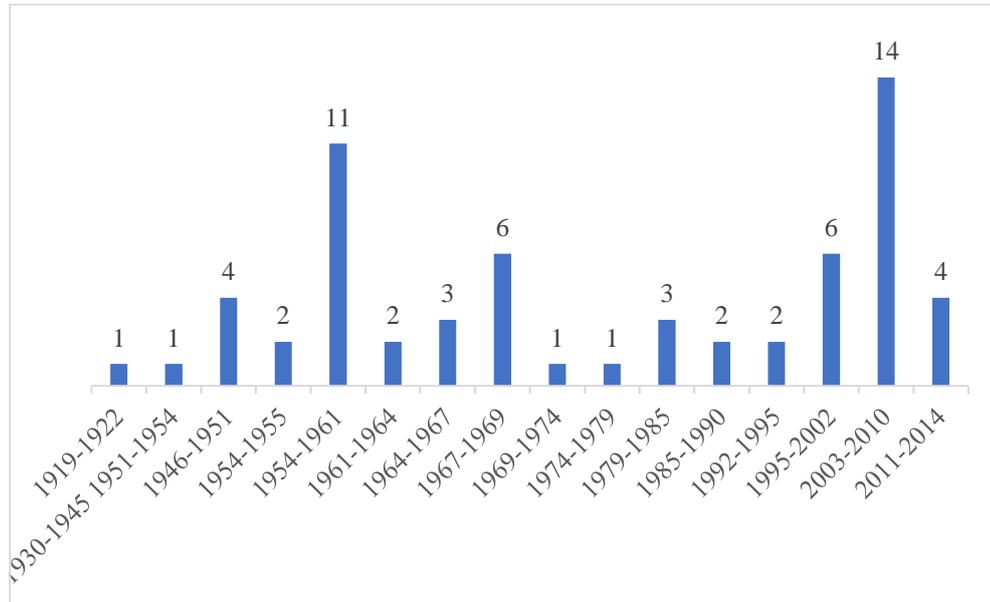
Instituída pela Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) que previa a gestão democrática do ensino público, a progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares e a elaboração do PNE. A Lei estabelece no artigo 3º a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (PINTO, 2015, p. 26)

E em 1998, segundo Pinto (2015), “foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) através da Portaria nº 438 (MEC, 1998).”

Segundo o Portal do Ministério da Educação, “O exame consiste em uma prova unificada a todos os estudantes do país, concluintes do ensino médio, cuja nota pode ser adotada, por universidades públicas ou particulares, para a seleção de candidatos.”

Temos então uma evolução na criação de Universidade Federais de Ensino Superior (IFES), que segundo Pinto (2015), teve seu auge entre os anos de 2003 a 2010, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como mostra o gráfico.

Gráfico 1 – Linha do tempo da criação das Universidades Federais



Fonte: PINTO (2015). Adaptado pelo autor (2019).

Temos no quadro a seguir a cronologia da educação superior e da assistência estudantil no país ao longo dos anos, de acordo com cada governo, apresentada por Pinto (2015).

Quadro 1 - Cronologia da Educação Superior e da Assistência Estudantil

Governo	Ano	Legislação do ensino Superior e Assistência Estudantil
Washington Luis	1928	Criada a Casa do Estudante Brasileiro em Paris através do Decreto nº 5.612 Art 2º "Tem por fim facilitar a dos estudantes patricios na capital franceza"
		Regula a criação de universidades nos Estados. Decreto nº 5.616
Getúlio Vargas	1930	Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
		Casa do estudante no Rio de Janeiro
	1931	Conselho Nacional de Educação. Lei nº 19.850 Estatuto das Universidades Brasileiras - Decreto nº 19.851 - Regulamenta a administração das universidades.
Juscelino Kubitschek	1937	Concessão de bolsas a "estudantes necessitados" e "conduta repreensível"
	1956	Grande expansão do ensino superior federal. Criação de 11 universidades
Castello Branco	1964	Lei de Diretrizes Bases da Educação. Lei nº 4.024. Artigo 94 - Concede bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos.
		Criação de órgãos de representação discente - DA e DCE
Costa e Silva	1968	Reforma universitária. Lei nº 5.540. Fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. Grande expansão de vagas no ensino público e privado.
	1970	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante. Pretendia manter uma política ao graduando em nível nacional.
1987 Criação do Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários - FONAPRACE		
Fernando H. Cardoso	1996	Lei de Diretrizes Bases da Educação. Lei nº 9.394 - estabelece como princípio Art. 3º "I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".
	1998	Institui o ENEM como exame unificado dos concluintes do ensino médio
Luis Inácio Lula da Silva	2005	PROUNI - Lei nº 11.096 - Concessão de bolsas para alunos oriundos do ensino médio público estudarem em instituições privadas de ensino superior.
	2007	REUNI - Lei nº 6.096 - Cria condições de acesso e permanência no ensino superior. Criação de 14 universidades em microregiões e expansão das existentes.
	2010	PNAES. Decreto nº 7.234 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. SiSU - Portaria Normativa do MEC nº 2/2010. Institui o Programa de Seleção Unificada
Dilma Rousseff	2012	Lei nº 12.711 - Reserva 50% das vagas de cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos da rede pública.
	2013	Portaria Interministerial 389 - Cria o Programa Bolsa Permanência. Concessão de bolsas no valor de R\$ 400,00 para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, matriculados em cursos com carga horária superior a 5 horas por dia. Beneficia Indígenas e Quilombolas.

Fonte: PINTO (2015), Adaptador pelo autor (2019).

O quadro 1 traz a evolução histórica do ensino superior e da assistência estudantil entre os anos de 1928 a 2013, no decorrer de cada governo. Em 1928, ocorreu a criação da Casa do Estudante em Paris e regulamentação das universidades. Vem então no governo de Getúlio Vargas, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, a criação da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, bem como, pontos de destaque que foi a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a concessão de bolsas a estudante necessitados. No governo de J.K., é então que se dá início ao expansão das universidades de ensino superior federal no país, tendo destaque a criação de 11 universidades, assim como a criação da LDB. É então no governo de Costa e Silva, que é criado, em 1970, o Departamento de Assistência ao Estudante, o ponto de desenvolvimento da política de assistência estudantil. Segue progredindo no decorrer do anos

e dos mandatos, mas foi a partir do mandato de F.H.C., que as universidades ganharam destaque, e a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio. Mas foi a partir do anos de 2005, governo do Lula, que as universidades começaram a se expandir com a interiorização e a criação de programas de acesso ao ensino superior, como o PROUNI. Já nos anos seguintes, a assistência estudantil começou a ganhar frente nas universidades federal, com políticas de assistência estudantil, governo da Dilma.

As universidades públicas começam a ganhar destaque já nas duas últimas décadas, assim como os programas de acesso e de assistência ao estudante.

2.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

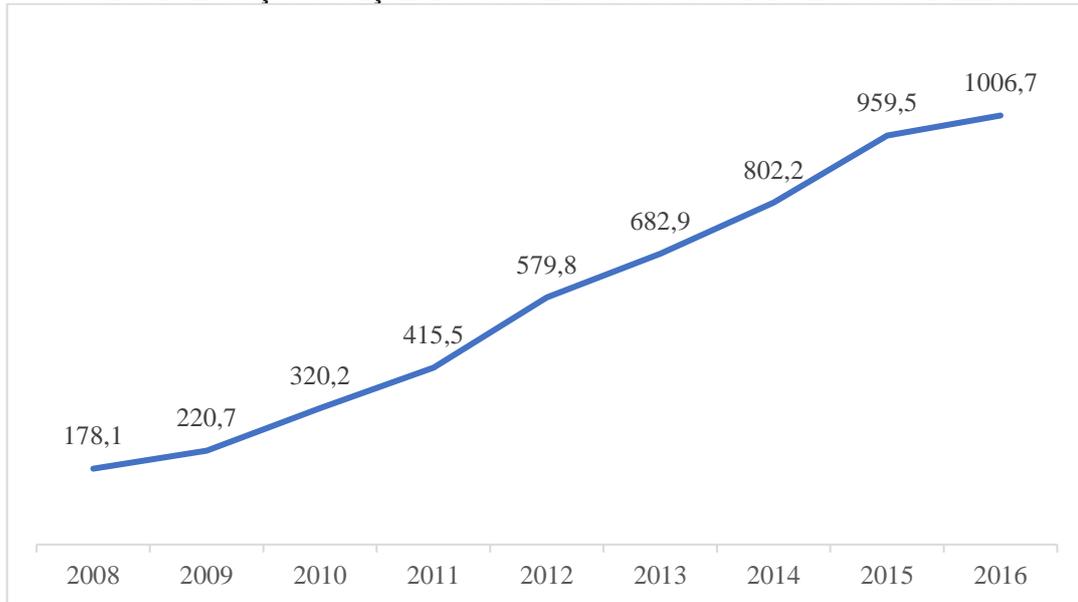
Segundo MACHADO (2017, p. 240), “a assistência estudantil emerge e se expande num contexto de grandes contradições”. A assistência estudantil, hoje, existe graças a constantes lutas que ocorreram (MACHADO, 2017). De acordo com Machado (2017, p. 240) “a luta por democratização e autonomia universitária teve como resposta a ampliação de vagas e a inclusão, porém, por meio de um modelo que não garante a real democratização do ensino.”

A Constituição Federal de 1988, destina um percentual de 18% dos recursos que a União deveria destinar à educação, de suas receitas de impostos (MACHADO, 2017).

Segundo Machado (2017), teve a existência de várias conquistas constitucionais, porém nos anos de 1990, o chamado capitalismo parasitário, requisitou a transformação do Estado segundo seus modelos de financiamentos e a forma de efetivação das políticas públicas, o que acarretou em um congelamento dos avanços no que diz respeito à educação, principalmente no seu processo de financiamento.

Já com o passar dos anos esse processo começou a progredir, porém muito lentamente. É então através do Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que dispões sobre os procedimentos orçamentários para a destinação de recursos às universidades, que, segundo Machado (2017), esse processo começa a progredir gradativamente.

É então nos anos de 2008 a 2016, que o PNAES, consegue fazer com que o orçamento das universidades progrida. O gráfico abaixo demonstra a evolução do PNAES no período de 2008 a 2015. (BRASIL, Relatório Consolidado PNAES).

Gráfico 2 - Evolução do Orçamento das Universidades Federais em valores nominais.

Fonte: Siafi Gerencial – dotação atualizada. Valores em milhões (2017). Adaptado pelo autor (2019)

O gráfico acima mostra a evolução do orçamento das universidades federais entre os anos de 2008 a 2016, o que mostra o grande avanço que ocorreu no decorrer de cada ano, indo de 178,1 milhões em 2008 a mais de 1006 milhões em 2016 em menos de uma década. Com isso, é possível notar que o aumento da demanda nas universidades, com a interiorização, ocorrida a partir de 2007, vem o aumento nos orçamentos das universidades, tendo que haver orçamento para atender a todos e cumprir com as demandas.

2.5 A GESTÃO PÚBLICA

O Ministério da Educação (MEC), é o Ministério responsável pela elaboração e execução da Política Nacional de Educação (PNE), assim como todo o sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil a educação superior.

Já as universidades são autarquias² instituídas pelo Ministério da Educação para a prestar educação de forma descentralizada. Segundo Pinto (2015, p. 39), são “órgãos da administração pública indireta dependem de recursos públicos para a realização de suas atividades e estão subordinadas ao Direito Administrativo e às normas de fiscalização, controle e gestão financeira da gestão pública.”.

² “Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas de Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” (Decreto – Lei nº 200/1967)

Sendo, deste modo, a gestão dependente de repasses do governo para execução de suas atividades, que segundo Pinto (2015, p. 39), “o planejamento em órgãos da administração pública está diretamente relacionado ao seu orçamento, que prevê os recursos a serem arrecadados e fixa as despesas a serem alocadas na implantação de ações do governo”.

3 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo parte para uma investigação de uma política específica, a partir de um estudo de caso da Universidade Federal de Alagoas, campus de Arapiraca, os parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa estão apoiados em material de revisão literária, baseado em conceitos de autores que vem tratando da problemática no decorrer dos anos, como uma “[...] possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade” (PIRES, 1997, p. 85).

A abordagem quanto a problemática trata-se de uma abordagem descritiva, descrevendo assim a política de assistência estudantil, analisando uma realidade já existente e análise em linha temporal da gestão da UFAL nos últimos seis anos. Já a abordagem quanto aos objetivos, tem-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, sendo a quantitativa “[...] aquilo que pode ser analisado por proporções numéricas, por dados coletados, análise de gráficos, enquetes e entrevistas objetivas ou por análise documental, mas com enfoque nos valores” JESUS (2018, [não paginado]). Quanto a abordagem qualitativa “[...] é usada para analisar a natureza do objeto de estudo, ela é mais específica e subjetiva. Podem ser usados autores como argumentos para as ideias apresentadas. JESUS (2018, [não paginado]).”

A coleta dos dados foi através de questionário com respostas pré-definidas, onde o usuário teve uma restrição quanto suas respostas, podendo ele apenas opinar abertamente em uma questão, pois o foco do trabalho é apresentar uma realidade já existente e pouco observada na UFAL, especialmente no Campus Arapiraca, que é a política de assistência estudantil, tendo como base de desenvolvimento e implantação o PNAES. Além da coleta de dados através de questionário, foram utilizados relatórios de gestão anuais da UFAL, do período de 2013 a 2018, para comparativo da situação dos estudantes em relação aos demais.

Os procedimentos utilizados, foram levantamento bibliográfico e análise documental em sites específicos de pesquisas como o Google Acadêmico, a plataforma SciELO, periódicos (Portal da CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e no portal da Universidade Federal de Alagoas, para desenvolvimento da fundamentação teórica e para o demonstração do resultados, foram aplicados questionários online semiestruturados, através da plataforma do google formulários, a uma amostra de alunos aos quais são assistidos pela política de assistência estudantil no campus de Arapiraca.

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta parte do estudo, foram executadas três etapas: a busca, a seleção e o estudo dos materiais a serem usados no trabalho.

Na fundamentação teórica, destaca-se a importância do conhecimento do Programa de Assistência Estudantil, ao qual está sendo estudado, mais especificadamente no campus de Arapiraca da UFAL, ao qual tem por base o PNAES, ou pode-se referir ao mesmo, como o ponto norteador de todos os programas que são desenvolvidos nas universidades de todo o país, sejam elas a nível estadual ou federal, buscando compreender o surgimento e evolução histórica da Política de Assistência estudantil e o próprio conceito de política pública de assistência.

3.2.1 DA BUSCA, DA SELEÇÃO E DO ESTUDO

Para a busca, foram feitas pesquisas de materiais bibliográfico em sites específicos como no Google Acadêmico, na plataforma *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, periódicos (Portal da CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde foram encontrados diversos artigos que tratam da temática ao quais foram analisados e baixados os que se enquadravam com a problemática, porém, apenas um dos pesquisados foi desenvolvido voltado para a Universidade Federal de Alagoas, os demais eram voltados para outras universidade federais e alguns voltado ao estudo e avaliação do PNAES. Por fim, foram feitas leituras de todos os materiais para, com isso, ser desenvolvido a fundamentação teórica deste estudo. Tendo como palavras-chaves: Graduação. Permanência. Política de Assistência Estudantil. Vulnerabilidade socioeconômica.

Com isso a revisão literária foi fundamentada desde o início deste estudo, tendo em vista que:

[...] a proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidos (ALVES, 1992, p. 53).

Este trabalho baseia-se em uma análise documental de dados qualitativos e quantitativos, buscando apresentar a real realidade do campus de Arapiraca ao que se refere ao programa da assistência estudantil. Através de revisão de literatura foi desenvolvido a fundamentação teórica, já a parte quantitativa foi através de coleta de dados por formulários online do google, onde foram coletadas e após tabuladas as informações.

4 A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

4.1 A EXPANSÃO DA UFAL

Ao longo dos anos, a comunidade acadêmica vem crescendo e expandindo seu alcance pelo estado de Alagoas, como podemos ver, a interiorização da UFAL foi um ponto chave para o desenvolvimento do estado. Alagoas que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como mostra a tabela 1, onde Alagoas é o pior estado do país, levando em consideração o censo de 2010 coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por estado

1°	Distrito Federal	0,874
2°	Santa Catarina	0,840
3°	São Paulo	0,833
4°	Rio de Janeiro	0,832
5°	Rio Grande do Sul	0,832
6°	Paraná	0,820
7°	Espírito Santo	0,802
8°	Mato Grosso do Sul	0,802
9°	Goiás	0,800
10°	Minas Gerais	0,800
11°	Mato Grosso	0,769
12°	Amapá	0,780
13°	Amazonas	0,800
14°	Rondônia	0,756
15°	Tocantins	0,756
16°	Pará	0,755
17°	Acre	0,751
18°	Roraima	0,750
19°	Bahia	0,742
20°	Sergipe	0,742
21°	Rio Grande do Norte	0,738
22°	Ceará	0,723
23°	Pernambuco	0,718
24°	Paraíba	0,718
25°	Piauí	0,703
26°	Maranhão	0,683
27°	Alagoas	0,677

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Adaptado pelo auto (2019).

Como se ver no último censo, Alagoas estava em último no que diz respeito a IDH. A expansão da UFAL, foi com o intuito de melhoria e alcance do ensino superior em todo o estado. Atualmente, temos os *campi*, A.C. Simões, Campus Sertão e Campus de Arapiraca, e as unidades de ensino em Penedo, Palmeira dos Índios, Viçosa, Santana do Ipanema, Centro de Ciências Agrárias (CECA) etc., todas vinculadas aos três *campi*.

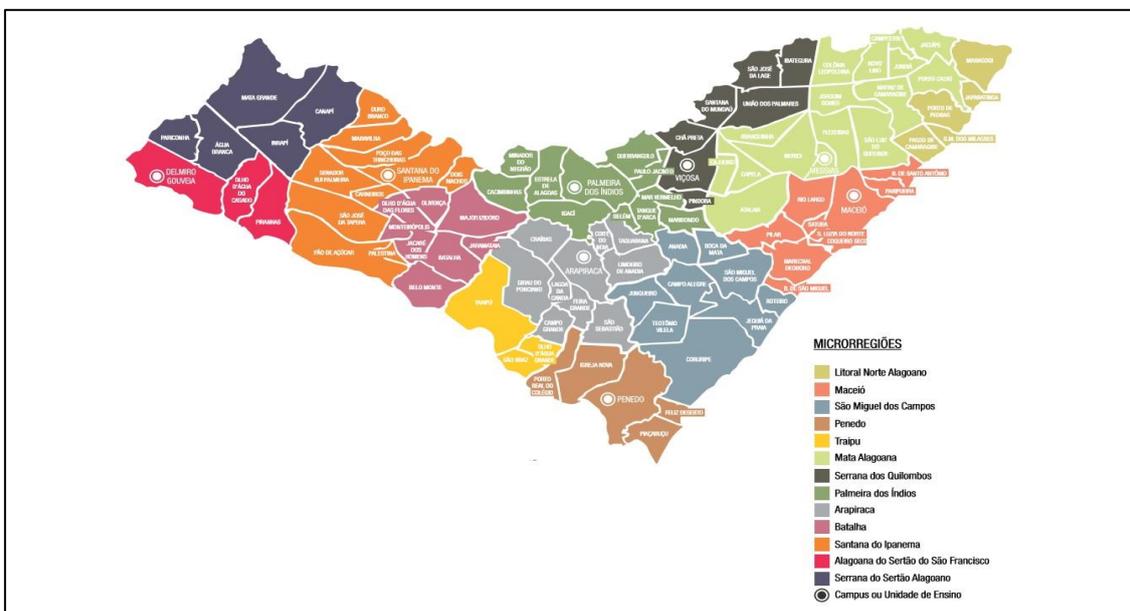
O fator educação é o responsável por elevar o IDH de uma determinada região, com isso, a expansão das universidades pode contribuir para o aumento no IDH, porém não significa qualidade. A universidade é um ponto no quesito IDH, porém a saúde também. A chegada da universidade nos interiores do estado pode ter contribuído com um aumento no IDH, porém não é o suficiente para que o estado saia do fim da lista. Pois temos um ensino se expandindo nos interiores do estados, porém temos hospitais superlotados, índice de desemprego entre outros mais que se choca com o quesito educação.

Com a expansão da universidade, alguns pontos são levados em consideração, pois é com a expansão que vem a atuação da Assistência Estudantil nas cidades. No campus de Maceió, a Pró-reitoria Estudantil (PROEST) é a responsável direta à assistência dos alunos, assim como nos *campi* do agreste e do sertão, porém com o apoio dos Núcleos de Assistência ao Estudante (NAE), que são os responsáveis a “ponte” entre os alunos e a Proest.

Segundo o Relatório Estudantes da UFAL, Municípios de Residência, divulgado pela UFAL em 2016, os *campi* estão estrategicamente alocados em locais que facilitam o acesso dos alunos. Apesar de ter alguns empecilhos, podemos ver na figura 1 que a alocação dos *campi*, apesar da adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) facilitando o acesso a pessoas de outros estados na UFAL, podemos ver que a grande maioria dos discentes são do estado.

Na figura 1, a distribuição das residências dos alunos, levando em consideração que os dados levantados para o relatório foram aqueles informados pelos alunos no ato das matrículas.

Figura 1 – Mapa de Distribuição da Residência dos Alunos no Estado de Alagoas, com Relação aos *campi* da UFAL.



Fonte: UFAL, Pró-reitoria Estudantil (2016).

Como vemos, Maceió, Arapiraca, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema e Viçosa são cidades distribuídas nas extremidades do estado, o que facilitam o acesso à universidade pelas comunidades locais. Como falado anteriormente, a assistência estudantil tem seu papel ampliado com a interiorização da universidade, aumentando a atuação do Serviço Social nas comunidades.

4.2 A POLÍTICA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

A Universidade Federal de Alagoas, atualmente conta com um programa de assistência estudantil, sendo ele a concessão de alguns tipos de assistência, a residência universitária, o restaurante universitário, programa de bolsas e auxílios, cartão odontológico, solicitação de atendimento médico, acolhimento psicológico e ajuda de custo para apresentação de trabalhos.

Cada linha dessas disponível para alunos em condições de vulnerabilidade econômica.

4.2.1 RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Esta assistência, trata-se da Residência Universitária Alagoana (RUA), que é destinada para oferecer residência a alunos oriundos do interior do estado e de outros estados brasileiros, localizada em Maceió, no campus A.C. Simões, com capacidade de 127 alunos, segundo o portal da universidade. Sua seleção é através de edital, disponibilizado no portal da universidade e é destinada a alunos em situação de vulnerabilidade social.

4.2.2 RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Não sendo exclusivo para discentes com vulnerabilidade econômica, o Restaurante Universitário (RU), atende toda a comunidade acadêmica, oferecendo almoço e jantar com preços acessíveis. Existem cinco restaurantes universitários instalados, sendo um no Campus A.C. Simões, em Maceió, um no Centro de Ciências Agrárias, CECA, um na Unidade de Ensino de Viçosa, um no campus do Sertão, em Delmiro Gouveia, e um no campus de Arapiraca. Sendo os dois último inaugurados e iniciado suas atividades recentemente.

Alguns dos discentes, que após passar pela avaliação da Assistência Social, comprovar vulnerabilidade social – vale ressaltar que através de edital –, terá o direito de fazer uma refeição gratuita no RU, assim como os bolsistas que residem na RUA.

4.2.3 PROGRAMA DE BOLSAS E AUXÍLIOS

Este é um dos programas que abrange o Campus de Arapiraca, assim como os demais *campi* e unidades de ensino. Com a mesma finalidade dos anteriores e o mesmo método de seleção, alunos em situação de vulnerabilidade social, com a principal finalidade de diminuir a evasão gerando recursos para garantir a permanência dos discentes na universidade.

Segundo o portal da UFAL, tem as seguintes modalidades das bolsas de auxílio nos respectivos *campi*:

- Campus A.C. Simões (Maceió) - Bolsa Pró-graduando e Auxílio Alimentação (Espaço Cultural);
- Campus Arapiraca (Sede) - Bolsa Pró-graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia;
- Campus Arapiraca (Unidade Palmeira dos Índios) - Bolsa Pró-graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia;
- Campus Arapiraca (Unidade Penedo) - Bolsa Pró-graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia;
- Campus Arapiraca (Unidade Viçosa) - Bolsa Pró-graduando e Auxílio Moradia;
- Campus Sertão (Sede) - Bolsa Pró-graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia;
- Campus Sertão (Unidade Santana do Ipanema) - Bolsa Pró-graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia. UFAL (PROEST/UFAL, [não paginado]).

4.2.4 CARTÃO ODONTOLÓGICO

Também destinado ao corpo discente, a Proest disponibiliza o Cartão Odontológico, sendo o atendimento clínico realizado no Gabinete Odontológico da Faculdade de Odontologia, e o processo de solicitação através de requerimento direto na Gerência da Proest.

4.2.5 SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO

Disponível para o corpo discente, é possível o agendamento de especialidades médicas pelo Hospital Universitário (HU), sendo a forma de solicitação igual ao do Cartão Odontológico.

4.2.6 AJUDA DE CUSTO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

É destinado aos estudantes que vão apresentar trabalhos em congressos fora do estado de Alagoas, podendo solicitar ajuda de custo, devendo ser requerido com no mínimo 15 dias de

antecedência do evento, sendo a ajuda de custo liberada após o evento ao passo que o discente leve o original e cópia do certificado de apresentação para a liberação da ajuda de custo.

Esses são os tipos de programas que a Universidade Federal de Alagoas disponibiliza para o corpo discente, sendo alguns restritos a um grupo específico de alunos, os em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e outros abertos a toda a comunidade acadêmica, porém não gratuito, apenas em casos específicos.

4.2.7 DA SELEÇÃO DOS ALUNOS PARA DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DOS AUXÍLIOS/BOLSA

Há a exigência de alguns critérios que os alunos devem cumprir para concorrer a uma das modalidades. Segundo o item 2.1 do Edital nº 02/2019 PROEST/UFAL - Processo Seletivo para Ingresso nos Programas de Assistência Estudantil, último edital publicado pela Proest, deve o discente cumprir os seguintes critérios

2.1 Para inserção nas modalidades previstas no Edital, o/a estudante DEVE CUMPRIR, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) Estar regularmente matriculado/a em curso de graduação presencial da UFAL;
- b) Ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio;
- c) Não estar cursando ou ter concluído outro curso de nível superior, na UFAL ou em outra instituição de nível superior;
- d) Não ser proveniente de mobilidade estudantil, inclusive no Programa de Estudantes - Convênio de Graduação - PEC-G. (PROEST/UFAL, 2019, [não paginado]).

Além dos critérios do item 2.1 do edital, os alunos devem cumprir os seguintes critérios, de acordo com o tipo de auxílio/bolsa ele vai solicitar

2.2. O/a candidato/a à BOLSA PRÓ-GRADUANDO deve atender também ao seguinte critério:

- a) Não receber bolsa de qualquer outra natureza (Programa Bolsa Permanência - PBP, PIBIC, PIBIT, BDAI, Bolsa de Extensão, PET, Bolsa de Monitoria, ou outra).

2.3. O/a candidato/a à RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA deve atender também aos seguintes critérios:

- a) Ser oriundo(a) de outro Estado, Município e/ou povoado diverso de onde estuda;
- b) Não dispor de estrutura familiar estabelecida no município onde estuda.

2.4. O/a candidato/a à isenção de taxa no RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO e ao AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO deve atender também aos seguintes critérios:

- a) Ser estudante de curso de carga horária integral; OU
- b) Participar de atividade acadêmica como monitoria, extensão, pesquisa e outras atividades formativas vinculadas ao desenvolvimento acadêmico. (PROEST/UFAL, 2019, [não paginado]).

Ao cumprir os critérios acima, o aluno deverá escanear um série de documentos aos quais serão juntos em um único PDF para se enviar através do sistema da Assistência Estudantil SIGAA, ao qual os alunos devem preencher um Formulário de Avaliação Socioeconômica

disponibilizado pelo Assistência Social, o qual será utilizado juntamente com a documentação digitalizada para cruzamento de dados e deferimento ou não do candidato no processo de seleção da Assistência Estudantil, tendo os alunos um prazo para cada etapa, bem como, recurso em caso de indeferimento do pedido.

4.3 PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL QUE ABRANGEM O CAMPUS DE ARAPIRACA

Como tratado anteriormente, não são todos os programas que são ofertados pela assistência estudantil no campus de Arapiraca, ao passo que em Maceió são todos, em Arapiraca, apenas o RU, que é destinado a comunidade acadêmica em geral, por um preço acessível, e uma refeição gratuita para os bolsistas que anteriormente fazia parte do programa de bolsas e auxílios, migrando automaticamente do auxílio alimentação para o direito a refeição gratuita no RU, a alguns mais que comprovaram condições de vulnerabilidade socioeconômica, através de processo de avaliação da Assistência Social, realizado pelo NAE.

Além do RU, o campus de Arapiraca oferta o programa de bolsas e auxílios, atualmente com o auxílio moradia no valor de R\$ 300,00 e a bolsa pró-graduando, no valor de R\$ 400,00. Valores referentes ao último edital lançado em 2019, disponíveis também no Portal da Universidade Federal de Alagoas e no Portal da Transparência.

Já para os alunos que não dispõem de RU em suas unidades de ensino, como é o caso de Palmeira dos Índios, Penedo e Santana do Ipanema, eles recebem a bolsa pró-graduando, no valor de R\$ 400,00 juntamente com o valor de R\$ 150,00, referente ao auxílio alimentação, uma vez que não dispõem de RU para fazerem as refeições.

Vale ressaltar que o atendimento psicológico é disponibilizado no campus de Arapiraca em situações específicas, ficando a cargo da Assistência Social o encaminhamento do solicitante para atendimento psicológico. E a ajuda de custo, também pode ser feita a solicitação no NAE do campus para que enviem para Maceió, porém depende de verbas restantes para o pagamento dos valores.

4.4 DO QUANTITATIVO DE DISCENTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA E DOS VALORES PAGOS

Atualmente, levando em consideração os quantitativos divulgados pelo Portal da UFAL, o campus de Arapiraca tem 226 alunos assistidos pelo auxílio alimentação³, cada bolsista recebe um valor de R\$ 150,00 totalizando uma quantia de R\$ 33.900,00 mensais pagos aos alunos através de ordem bancária em conta corrente. Já o auxílio moradia⁴ são 83 discentes assistidos pela bolsa, recebendo um valor mensal de R\$ 300,00 totalizando uma quantia de R\$ 24.900,00 mensais. Por fim, a bolsa pró-graduando⁵, que são 963 discentes assistidos pela bolsa, recebendo um valor mensal de R\$ 400,00 totalizando um pagamento mensal de R\$ 385.200,00 aos bolsistas. Podemos ver na tabela abaixo um demonstrativo da quantidade dos alunos e os valores referentes a cada bolsa de auxílio.

TABELA 2 – Demonstrativo do Quantitativo dos Programas de Bolsas e Auxílios do Campus de Arapiraca

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DOS PROGRAMAS DE BOLSAS E AUXÍLIOS DO CAMPUS DE ARAPIRACA		
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		
QUANTIDADE DE DISCENTES	VALOR DO AUXÍLIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
226	R\$ 150,00	R\$ 33.900,00
AUXÍLIO MORADIA		
QUANTIDADE DE DISCENTES	VALOR DO AUXÍLIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
83	R\$ 300,00	R\$ 24.900,00
PRO-GRADUANDO		
QUANTIDADE DE DISCENTES	VALOR DA BOLSA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
963	R\$ 400,00	R\$ 385.200,00

Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2019).

Temos com isso um total de R\$ 444.000,00 do valor pago no programa de bolsas e auxílios no campus de Arapiraca.

³ Referente aos alunos das unidades de ensino aos quais não dispõe de Restaurante Universitário e recebem um valor equivalente as refeições.

⁴ Referente ao valor recebidos por alunos que residem em outras cidades ou que vêm de outras cidades e alugam casas para residirem para facilitar a locomoção para a universidade.

⁵ Referente aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitam da ajuda de custo para manter seus gastos e contribuir para sua permanência na universidade, alguns critérios são preciso cumprir para ter direito a este tipo de bolsa, podendo ser consultado o último edital (EDITAL Nº 02/2019 PROEST/UFAL PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL) divulgado pela Proest disponível em <https://editais.ufal.br/assistencia-estudantil/processo-seletivo-para-ingresso-nos-programas-de-assistencia-estudantil>.

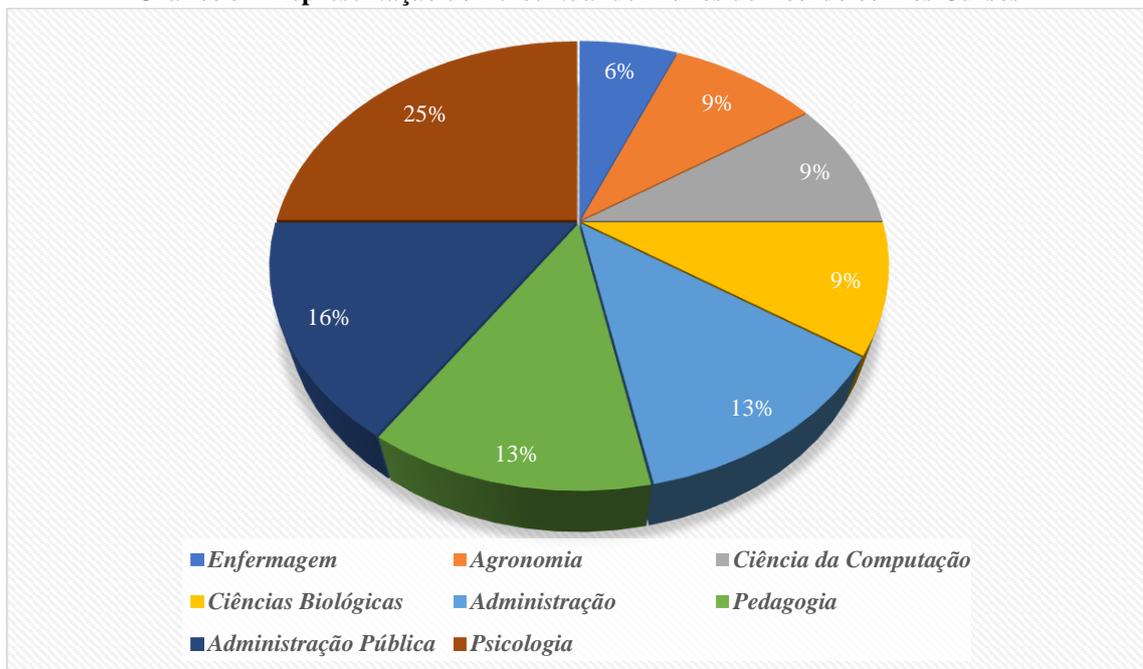
5 RESULTADOS

Após a coleta de dados, foram tabulados os dados, a fim de avaliação dos resultados. O quantitativo da amostra para a representação é de 130 alunos. Deve-se considerar para os percentuais, onde dos 1.272 alunos assistidos pelo programa, 130 alunos responderam ao questionário. Das unidades de ensino apenas alunos do curso de Psicologia responderam ao questionário.

5.1 DOS CURSOS E DISCENTES ASSISTIDOS

O campus de Arapiraca junto as unidades de ensino tem hoje vinte e três cursos presenciais, desses vinte e três cursos, alunos de oito cursos responderam ao questionário, ou seja, tivemos uma representação de 34,78% dos cursos na aplicação do questionário como mostra o gráfico 3 abaixo, a distribuição dos percentuais dos alunos que responderam ao questionário de acordo com cada curso. Alunos dos cursos de Administração, Administração Pública, Agronomia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Enfermagem, Pedagogia e Psicologia.

Gráfico 3 – Representação do Percentual de Alunos de Acordo com os Cursos

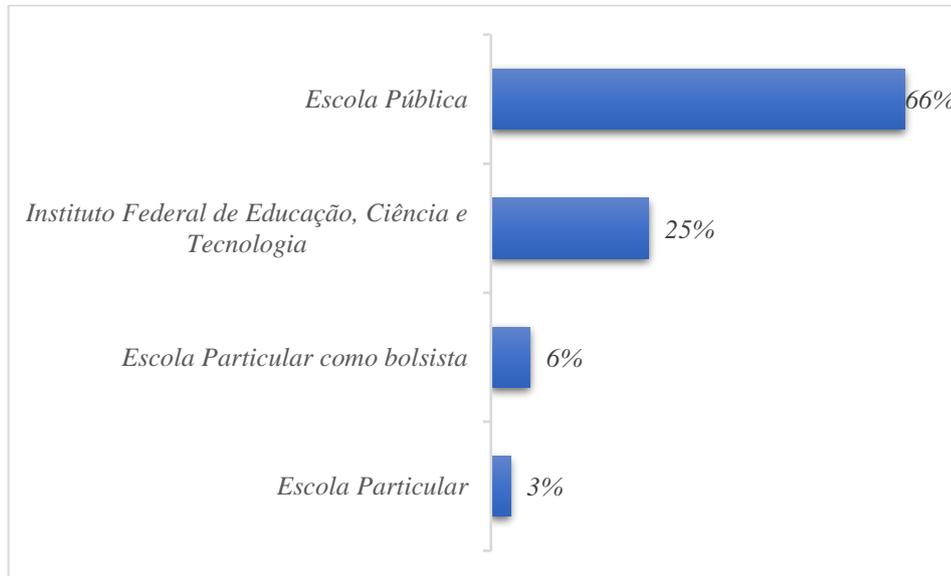


Fonte: Criado pelo autor (2019).

Temos alunos oriundo da rede pública de ensino, onde 66% da amostra de 130 alunos, são da rede estadual de ensino, 25% oriundo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, 6% são da rede particular, porém estudaram através de bolsas de estudo, e 3% são da rede particular sem concessão de bolsas de estudo, como mostra a gráfico 4.

Gráfico 4 – Rede de Ensino dos Alunos Bolsistas



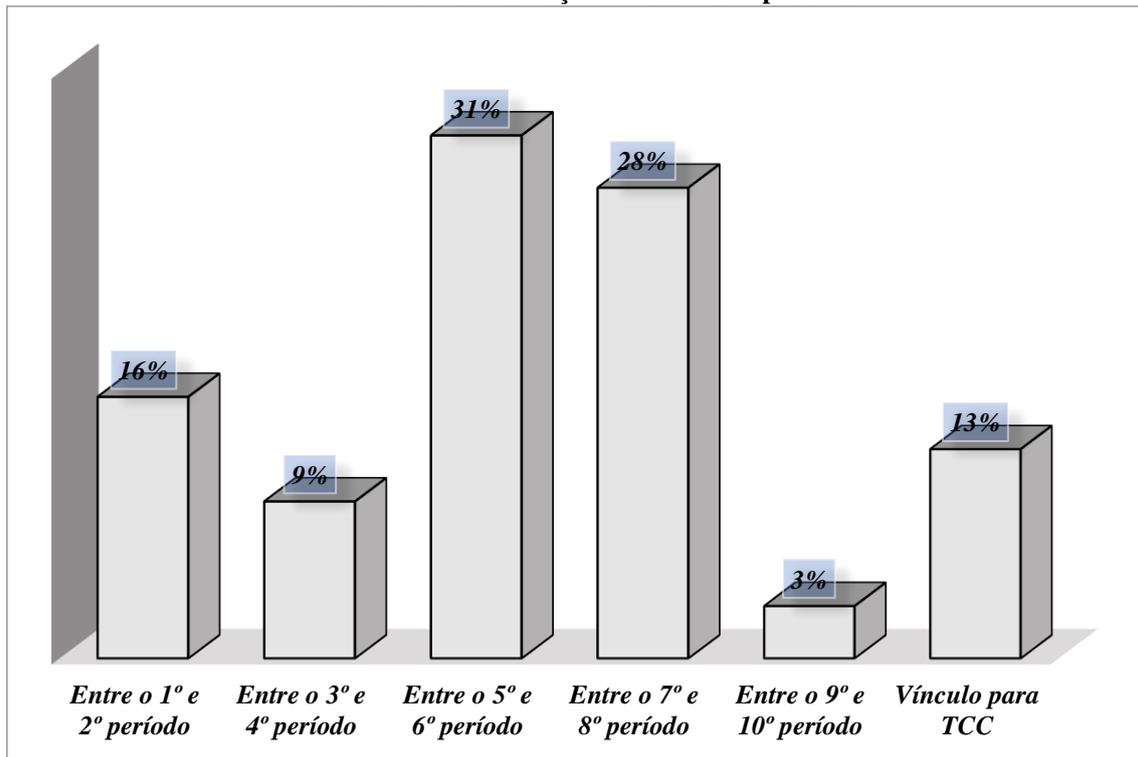
Fonte: Criado pelo autor (2019).

Com isso vemos que há mais discentes assistidos, pela Política de Assistência Estudantil da UFAL no campus de Arapiraca, do curso de Psicologia, levando em consideração os cursos avaliados.

Dos alunos temos a divisão por período de cada aluno, ou seja, a distribuição está bem progressiva, alunos desde os dois primeiros períodos a matrícula de vínculo para Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC). O gráfico 5 mostra essa relação de acordo com os períodos dos alunos.

Vale ressaltar que um dois pontos mais levantados é que cada bolsista só pode fazer uma matrícula vínculo para TCC, pois a partir da segunda não perde o direito à bolsa, a menos que ainda tenha disciplinas obrigatórias da grade curricular para cumprir.

Gráfico 5 – Distribuição dos Discentes por Períodos



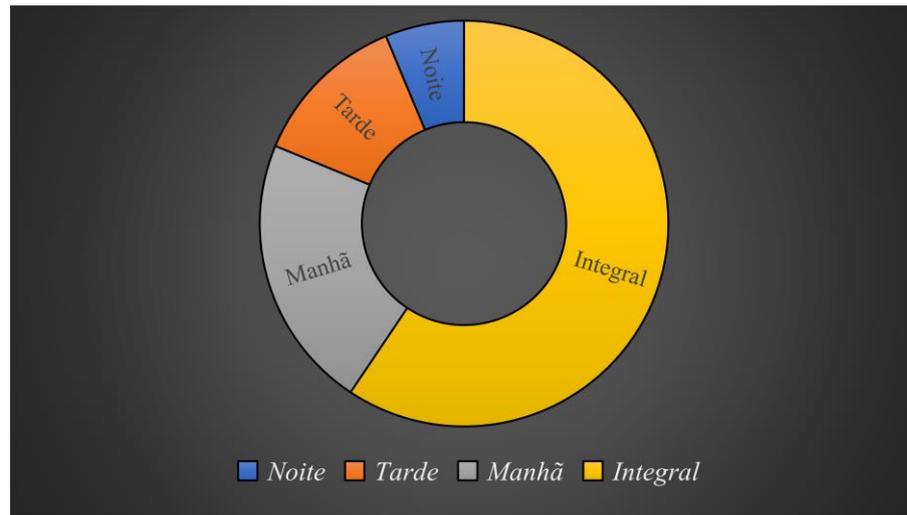
Fonte: Criado pelo autor (2019).

Já no que diz respeito aos turnos dos alunos, 59% dos alunos que são assistidos por pelos menos um dos auxílios são de turno integral⁶, 22% são do turno da manhã apenas, 13% do turno da tarde e 6% do turno da noite, vemos no gráfico 7.

O turno da noite é o que menos possui bolsista uma vez que muitos dos alunos trabalham e não necessitam da assistência estudantil, não sendo uma regra, o alunos bolsista pode sim ter vínculo empregatício, desde que não ultrapasse o valor de 1,5 salário mínimo de renda *per capita*. Sendo desta maneira, os alunos de cursos diurnos que têm predominância na concessão de bolsas e auxílios

⁶Foi levado em consideração que o período integral se alunos permanecessem na universidade por mais de um período independente de ser manhã e tarde, ou seja, se o alunos permanecesse dois horários corridos no campus, foi considerado turno integral de permanência, pois considerou que o alunos estaria na universidade participando de alguém projeto de pesquisa e/ou extensão.

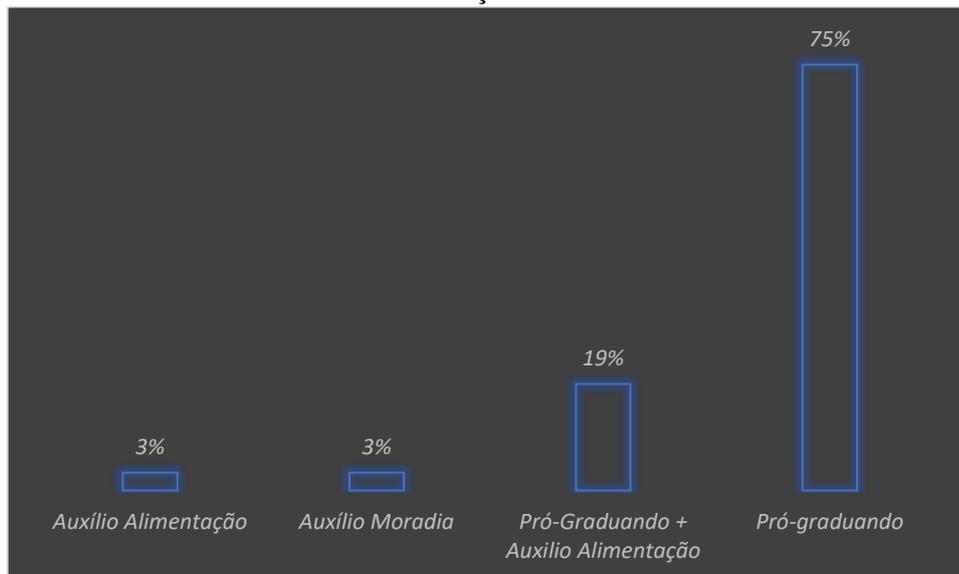
Gráfico 6 – Distribuição dos Alunos por Turno de Permanência no Campus de Arapiraca



Fonte: Criado pelo autor (2019).

5.2 DO AUXÍLIO E/OU BOLSA CONCEDIDO

Gráfico 7 – Distribuição dos Auxílios/Bolsas



Fonte: Criado pelo autor (2019).

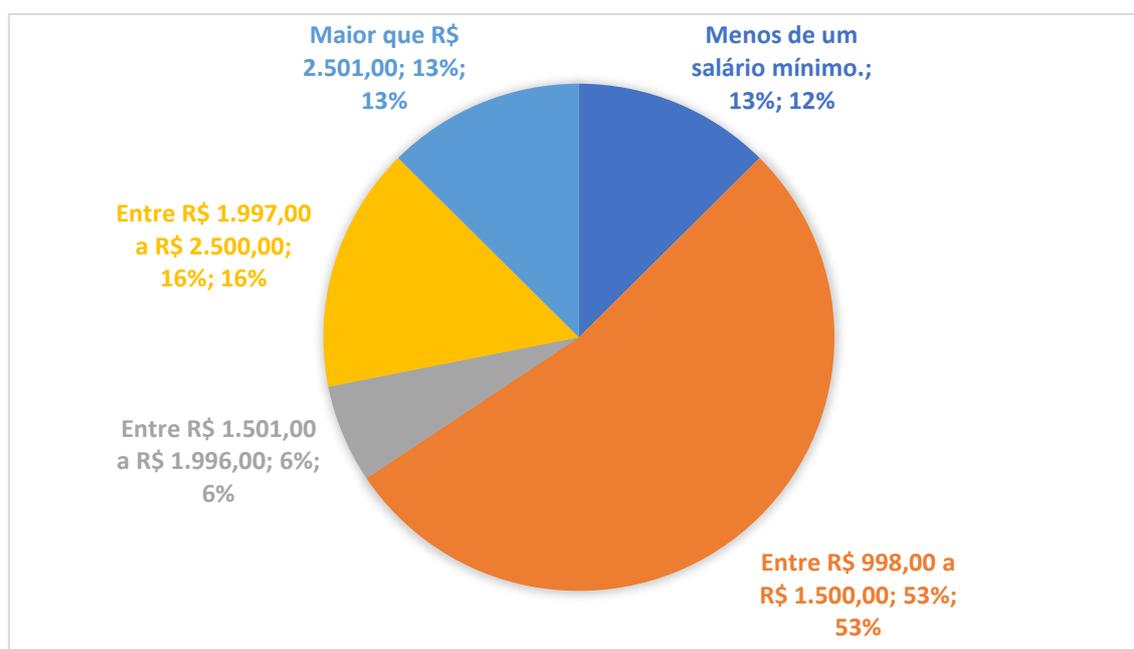
Quanto a distribuição dos auxílios/bolsas, vemos que 75% dos discentes são contemplados com a bolsa pró-graduando, que como vimos, é no valor de R\$ 400,00, 19% são contemplados com a pró-graduando (R\$ 400,00) mais o auxílio alimentação, que concede ao bolsista uma refeição gratuita no Restaurante Universitário do campus, podendo o bolsista

escolher entre o almoço ou a janta⁷, os outros 3% estão contemplados com o auxílio moradia (R\$ 300,00) e o auxílio alimentação⁸ (refeição gratuita no RU do campus Arapiraca).

5.3 DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS DISCENTES

Como vimos no decorrer do trabalho, esses auxílios/bolsas são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que segundo o (FONAPRACE, 2001), é considerado em situação de vulnerabilidade os alunos de famílias de baixa renda, ou seja, pessoas que estão em condições financeiros e sociais inferiores aos demais da sociedade. A pesquisa mostra que 53% da amostra são assistidos pelo programa da assistência estudantil da UFAL no campus de Arapiraca tem renda familiar bruta entre um salário mínimo⁹ até no máximo R\$ 1.500,00, ou seja, estão dentro da média e requisitos que devem ser primordiais na avaliação da assistência estudantil. Vejamos o gráfico 8 que mostra essa distribuição de acordo com o valor da renda bruta dos discentes.

Gráfico 8 – Distribuição da Renda Bruta dos Discentes



Fonte: Criado pelo autor (2019).

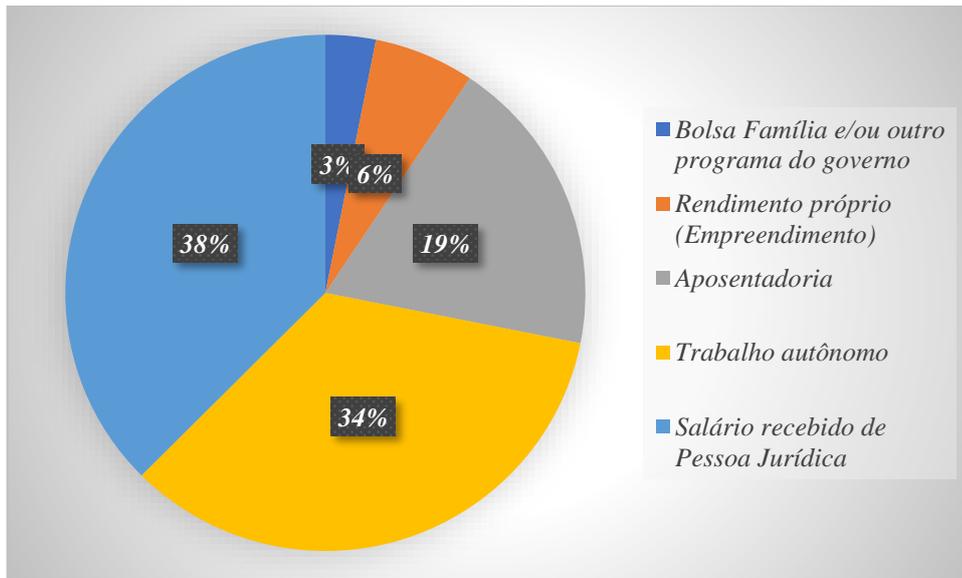
⁷ Vale ressaltar que essa modalidade de acúmulo não é mais permitida, desde o edita de 2017, ficando apenas para os alunos que já estavam no programa por editais anteriores.

⁸ Nas unidades de ensino, como não dispões de Restaurantes Universitários, os alunos recebem um valor de R\$ 150,00, referente as refeições.

⁹ No ano de 2019 temos o salário mínimo fixado em R\$ 998,00 reais, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) em 01 de janeiro de 2019.

Observa-se então que a principal renda dos progenitores dessas famílias é derivada de trabalho assalariado chegando a 38%, recebidos de pessoa jurídica, e menos de 3% vivem do Programa do Governo Federal o Bolsa Família, distribuídas o restante entre trabalhos autônomos, empreendimentos e aposentadorias, como mostra a gráfico 9.

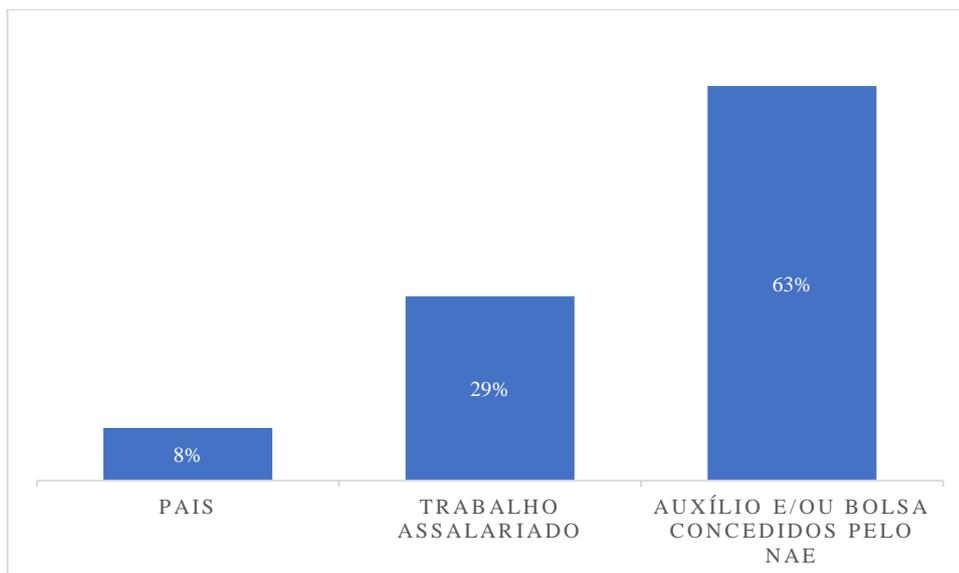
Gráfico 9 – Provento das Famílias



Fonte: Criado pelo autor (2019).

Observa-se, que dos alunos assistidos pela política estudantil no campus de Arapiraca, 63% deles depende exclusivamente do valor recebido para manter suas despesas da faculdade, os demais dependem dos pais, outros trabalham como mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Cobertura dos Gastos da Faculdade dos Discentes

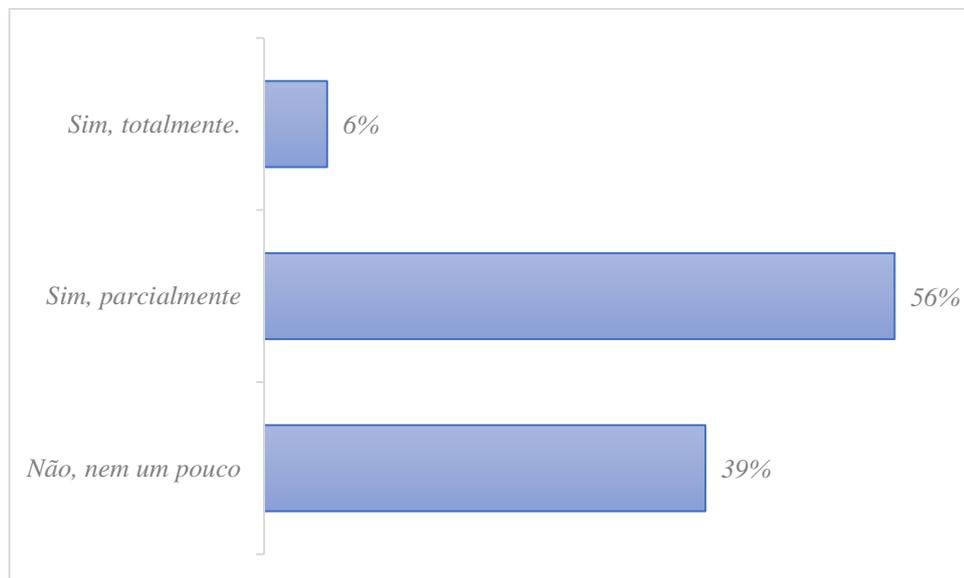


Fonte: Criado pelo autor (2019).

5.4 DA SATISFAÇÃO DOS DISCENTES QUANTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAL, CAMPUS DE ARAPIRACA

Quanto aos auxílios/bolsa recebidos pelos discentes, 59% classificaram que as necessidades são supridas, em parte, pela política, 39% classificaram que não são supridas, já 6% classificaram que são supridas totalmente suas necessidades do meio acadêmico com o auxílio/bolsa recebido por eles.

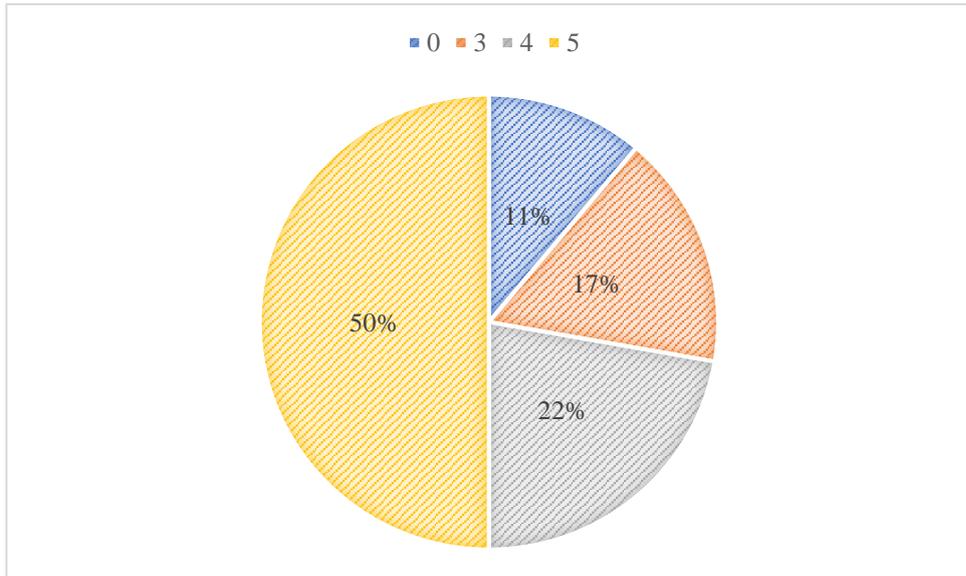
Gráfico 11 – Das Necessidades



Fonte: Criado pelo autor (2019).

Já quanto a satisfação, em uma escala de 0 a 5, onde 0 foi considerado totalmente insatisfeito e 5 totalmente satisfeito, 50% dos alunos classificaram como totalmente satisfeitos com a ajuda que recebe dessa política de assistência estudantil, 11% classificaram como totalmente insatisfeito o auxílio/bolsa recebido, os demais classificaram entre 3 e 4.

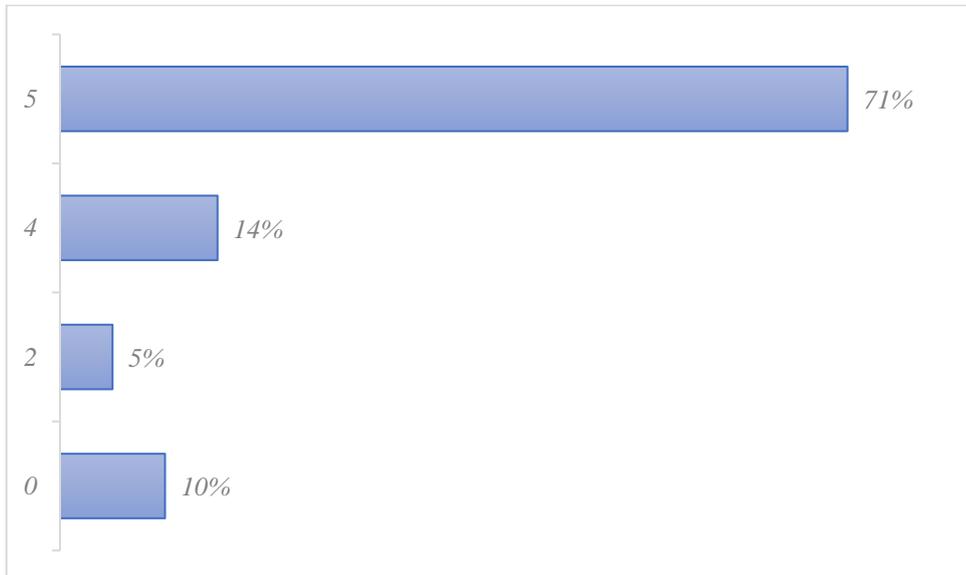
Gráfico 12 – Da Satisfação Quanto os Auxílios/Bolsas



Fonte: Criado pelo autor (2019).

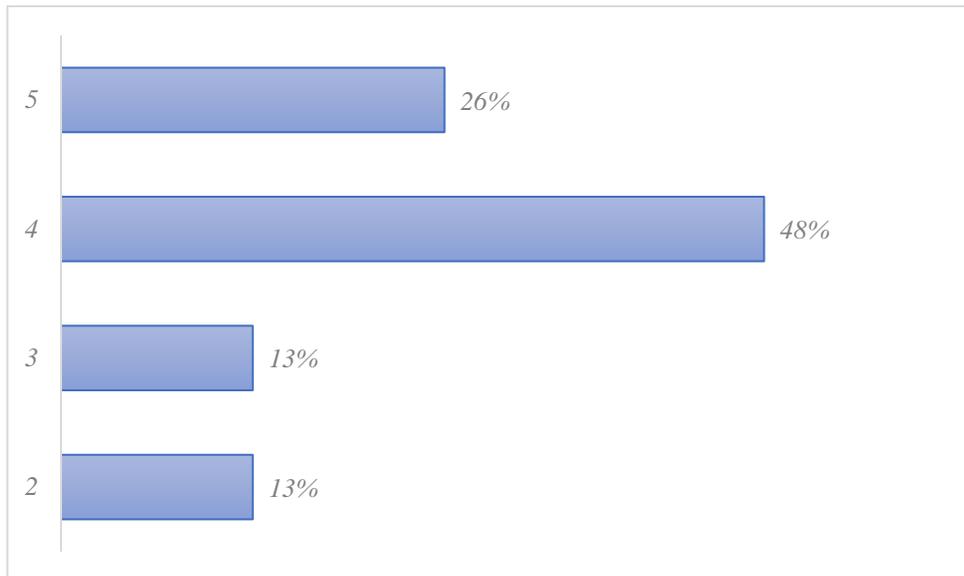
Com relação a permanência dos discentes na UFAL, 71% tem o auxílio/bolsa como um grande colaborador de sua permanência na universidade, os demais classificaram entre 2 e 4 e 10% classificaram com 0, em relação a permanência na universidade.

Gráfico 13 – Da Relação com a Permanência dos Discentes



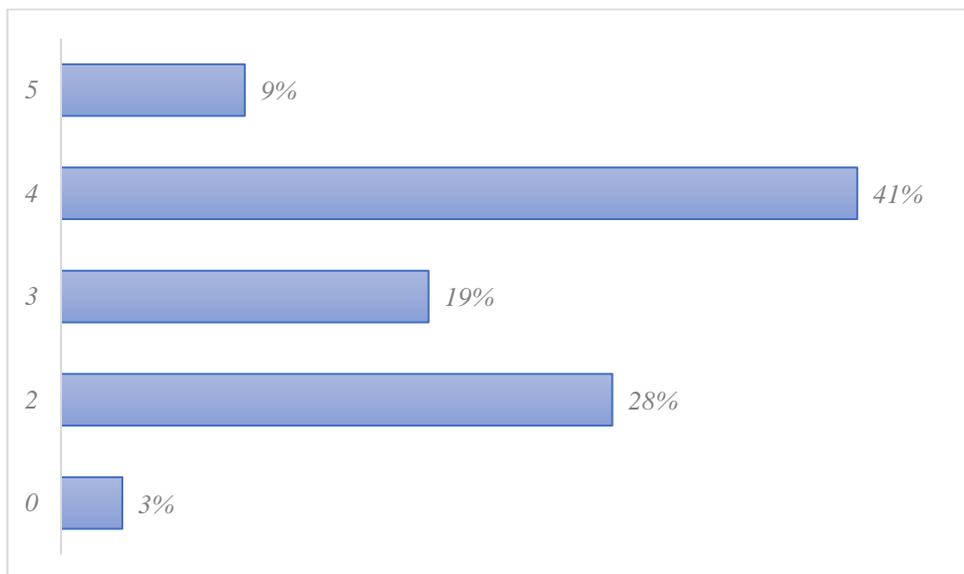
Fonte: Criado pelo autor (2019).

Quanto ao atendimento dos técnicos do NAE, 26% classificaram como totalmente satisfeitos com o atendimento, os demais classificaram entre 2, 3 e 4 o grau de satisfação.

Gráfico 14 – Da Satisfação Quanto ao Atendimento dos Técnicos do NAE

Fonte: Criado pelo autor (2019).

No quesito de satisfação geral quanto a política de assistência estudantil geral da UFAL no campus de Arapiraca, 9% classificaram como totalmente satisfeitos com a política de modo geral, 3% classificaram como totalmente insatisfeito, 41% classificaram com 4, os demais entre 2 e 4 o grau de satisfação.

Gráfico 15 – Da Satisfação Geral da Política de Assistência Estudantil

Fonte: Criado pelo autor (2019).

Se fizer uma comparação quanto a permanência dos alunos e a satisfação, podemos notar que a uma relação desproporcional em partes, pois temos que quase 50% da amostra respondeu com critério 4 no quesito satisfação.

5.5 DAS DIFICULDADES E MELHORIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No que diz respeito aos problemas enfrentados pelos discentes com a assistência estudantil no campus de Arapiraca temos os seguintes mais apontados pelos discentes:

- *“A avaliação da Assistência Social, uma vez que muitas pessoas acumulam bolsas, o que não é permitido, deixando de fora pessoas que precisariam muito mais, ou seja, dependem muito desse dinheiro para manter as despesas com a faculdade.”*
- *“A averiguação de veracidade das informações apresentadas. Não são apenas os documentos comprobatórios que constituem a verdadeira realidade de todos. Claro que a maioria sim necessita, mas sempre tem quem seja contemplado usando de má fé ou até mesmo quem não usa, mas tem uma condição melhor e passa na frente de quem precisa mais.”*
- *“Outro ponto é a divulgação dos editais que não atingem a todos, é uma divulgação falha.”*
- *“A demora para a divulgação dos resultados”*
- *“Deveria haver bolsa emergencial para casos excepcionais. Alunos em extrema vulnerabilidade não conseguem receber nada da UFAL se não for por meio de editais anuais.”*
- *“O alto grau de burocracia”*
- *“A dispensa de edital, podendo o aluno solicitar a qualquer tempo, uma vez que houvesse necessidade dos alunos.”*
- *“Aumento de vagas, a falta de vagas suficientes.”*

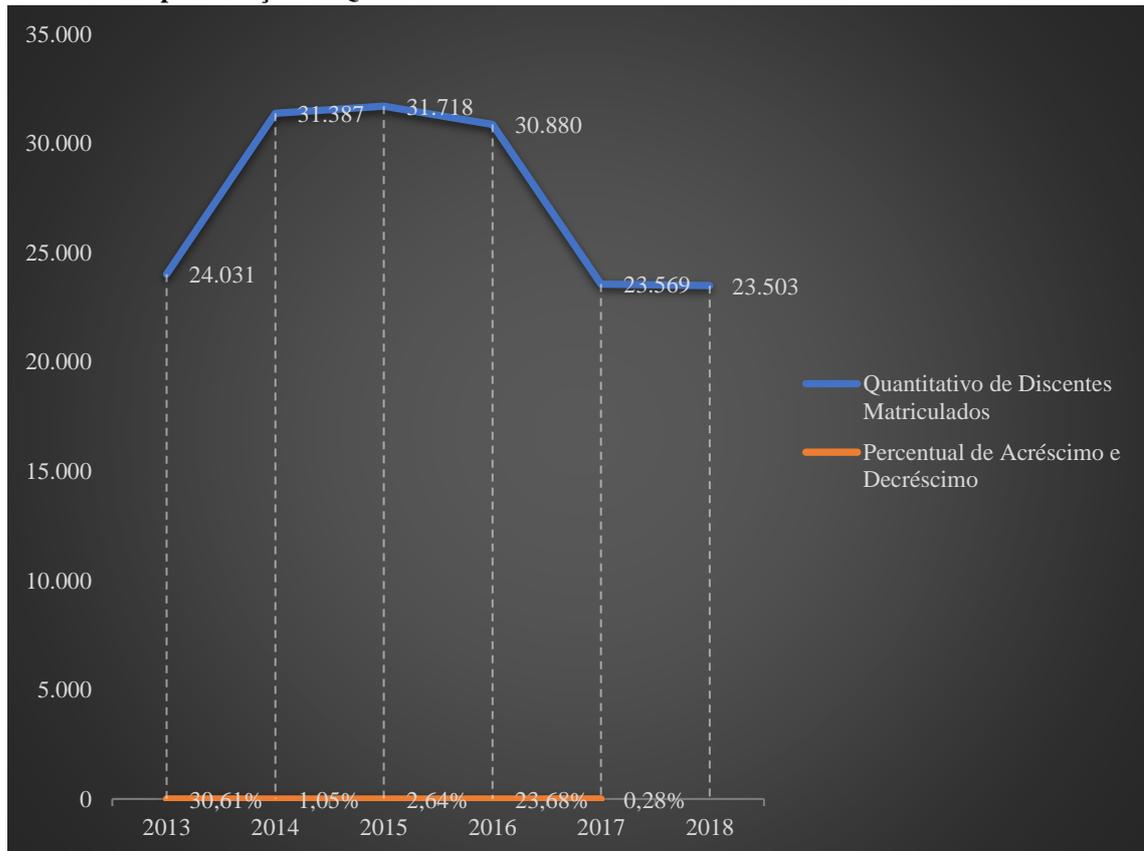
5.6 DA GESTÃO E DOS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAL

Foi feito um levantamento da gestão da UFAL dos anos de 2014 a 2018, analisando assim duas gestões. Nos anos de 2014 e 2015 temos a gestão do Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho e sua vice Rachel Rocha de Almeida Barros. Já nos anos de 2016 a 2018, temos a gestão da Profa. Maria Valéria Costa Correia e seu vice José Vieira da Cruz. Através dos Relatórios Anuais de Gestão, disponível no portal da UFAL, foram analisados alguns dados que trataremos

a seguir: indicadores de graduação, temos então os quantitativos de alunos matriculados nos cursos das universidades de 2014 a 2018, número de ingressantes no campus de Arapiraca, e o número de alunos diplomados nos respectivos anos, quanto ao quesito da assistência estudantil, vamos analisar e comparar se houve acréscimo ou decréscimo na assistência de alunos no decorrer dos anos nos três *campi*, assim como o comparativo entre eles.

5.6.1 DOS INDICADORES DE GRADUAÇÃO

Gráfico 16 – Representação do Quantitativo e dos Percentuais de Alunos Matriculados entre 2013 e 2018



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

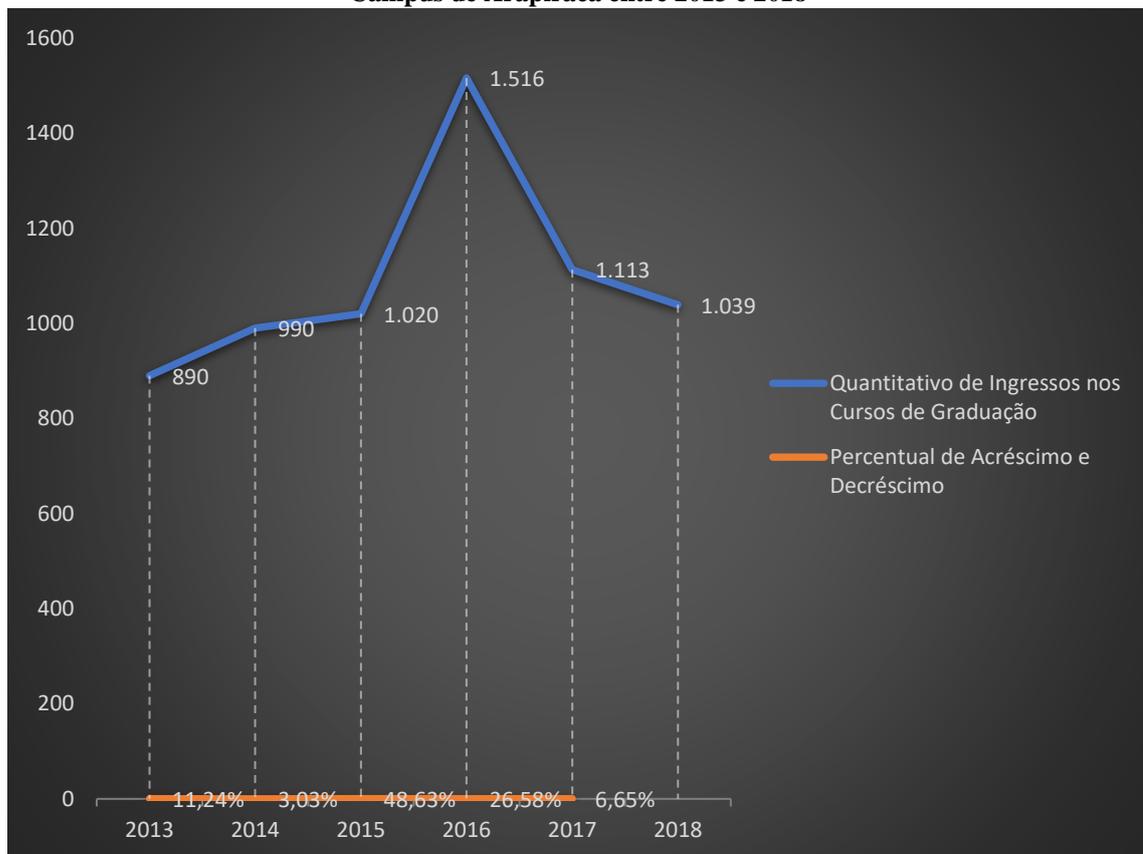
Como mostra o gráfico 16, a linha azul representa a quantidade de discentes matriculados¹⁰ onde, houve um aumento no ingresso de alunos na universidade com relação aos anos de 2013 a 2015, aumento muito significativo no primeiro ano. Já em relação aos anos de 2015 a 2018 houve uma queda, sendo a maior entre os anos de 2016 e 2017.

Já a linha laranja, mostra os percentuais com relação a cada ano, acréscimo e decréscimo, levando em consideração o ano atual pelo ano anterior. O ano de 2014 em relação ao ano de 2013 teve um aumento de 30,61% de ingresso de alunos nos cursos de graduação da

¹⁰ Foi considerado, segundo os Relatórios Anuais de Gestão da UFAL, os alunos matriculados pelo menos em uma disciplina.

UFAL, o que foi um aumento bem significativo, já no ano de 2015 com relação ao ano anterior teve um aumento pequeno de 1,05% de ingressos, no ano de 2016 houve uma queda de 2,64% se comparado o ano anterior, porém destaca a maior queda no ano de 2017 em comparação ao ano de 2016, registrando uma queda de 23,68% com relação ao ano de 2016, já em 2018 comparado com o ano de 2017, a queda foi significativa, 0,28% de ingressos nos cursos de graduação na UFAL.

Gráfico 17 – Representação do Quantitativo e dos Percentuais de Alunos Que Ingressaram na UFAL, Campus de Arapiraca entre 2013 e 2018



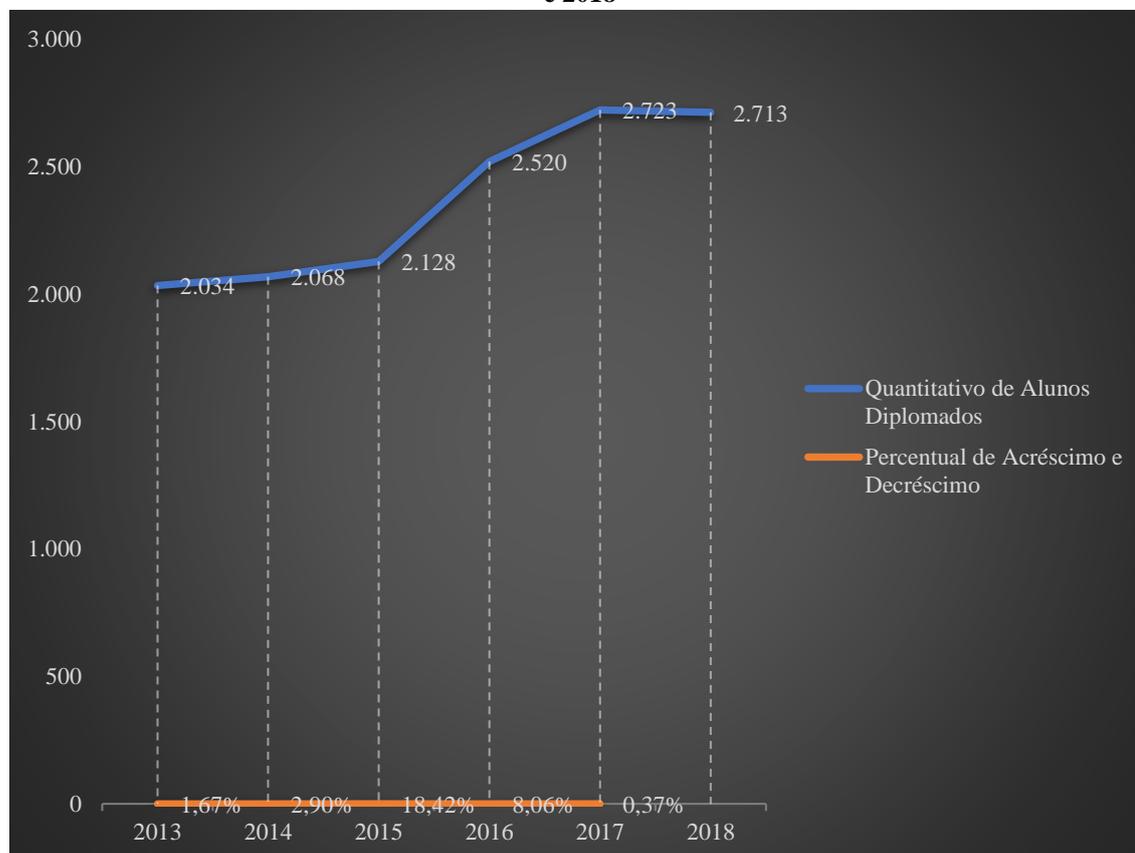
Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

Com relação aos ingressos no campus de Arapiraca – linha laranja do gráfico –, tivemos um aumento entre os anos de 2013 a 2016, como mostra o gráfico 17, tendo um decréscimo entre os anos de 2016 a 2018.

A linha azul do gráfico 17, representa os aumentos e quedas em percentual, onde vemos um aumento de ingressos, no campus de Arapiraca, no anos de 2014 com relação a 2013 de 11,24%, no ano de 2015 com relação ao ano anterior houve apenas um pequeno aumento de 3,03%, sendo o maior aumento registrados no anos de 2016 com relação ao ano 2015, que foi

de 48,63%, porém houve uma queda no ano de 2017 de 26,58%, a maior registrada, com relação ao anos anterior, e no ano de 2018 houve uma pequena queda em relação a 2017.

Gráfico 18 – Representação do Quantitativo e dos Percentuais de Alunos Diplomados na UFAL entre 2013 e 2018



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

Quando ao gráfico 18, vemos o quantitativo de alunos diplomados¹¹ pela UFAL em linhas gerais. Já a linha laranja mostra os percentuais de aumento e quedas no decorrer dos anos. Em 2014 com relação a 2013 houve um aumento de 1,67%, em 2015 com relação a 2014 um aumento de 2,90%, o maior aumento registrado foi no ano de 2016 com relação ao ano anterior, que foi de 18,42%, em 2017 com relação a 2016 8,06% e em 2018 houve uma queda em relação a 2017 de 0,37%.

Como podemos ver, houve aumentos e quedas com relação aos alunos matriculados na UFAL, assim como veremos mais a seguir os demonstrativos dos quantitativos de alunos assistidos pela política de assistência estudantil nos três *campi*, A.C. Simões, Arapiraca e Sertão.

¹¹ Dados fornecidos pelo DRCA – Registro de Controle Acadêmico, através dos Relatórios Anuais de Gestão da UFAL

Com relação aos dados apresentados acima, temos que se levarmos em consideração o número de alunos matriculados em um dos anos (por exemplo, no ano de 2014 tínhamos 31.385 alunos matriculados), com o quantitativo de alunos diplomados no ano anterior (2013 foram diplomados 2.034 alunos), teremos a quantidade total dos alunos do ano (no ano de 2014 tínhamos 33.421 alunos ao todo), com isso podemos pegar a quantidade de alunos diplomados dividir pela quantidade total de alunos e multiplicar por cem, tendo assim o percentual de alunos que estão se formando a cada ano.

Feito essa demonstração, temos o gráfico 19 com o demonstrativo dos percentuais de alunos que se formaram na UFAL entre os anos de 2014 a 2018. Vejam no gráfico abaixo.

Gráfico 19 – Representação Geral dos Percentuais de Alunos Diplomados na UFAL entre 2014 e 2018



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

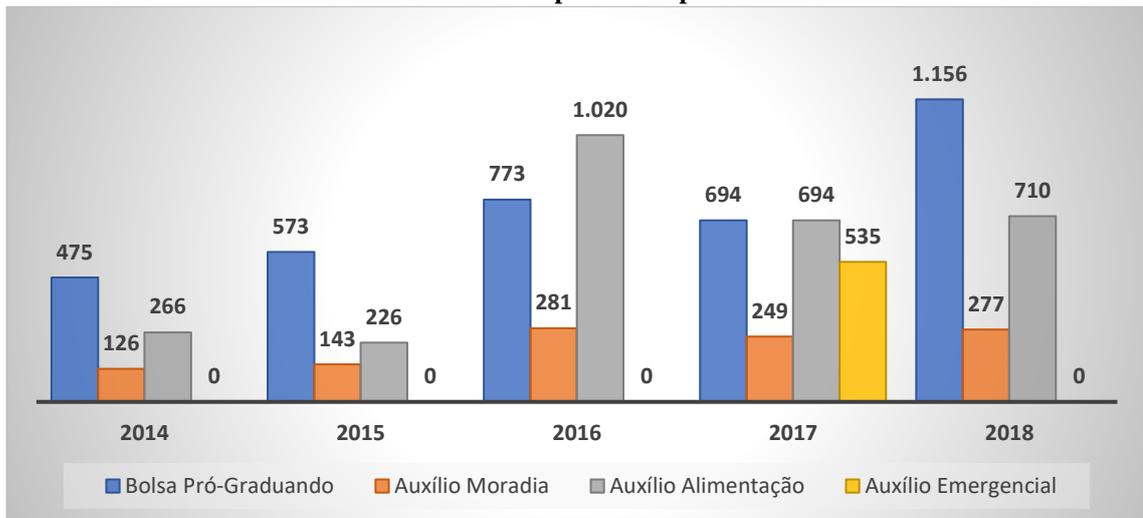
Com isso temos que em média 8,18% dos alunos são diplomados nos *campi* da Universidade Federal de Alagoas.

5.6.2 DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Foram analisados indicadores da Assistência Estudantil, segundo os Relatórios Anuais de Gestão da UFAL, foram criados gráficos, onde o foco foi na Bolsa Pró-Graduando, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Emergencial¹², em cada um dos *campi*, como mostra os dados a seguir.

¹² Foi uma modalidade de auxílio financeiro instituída em 2017, com objetivo de ampliar as condições de permanência de estudantes que se encontravam com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, que colocavam em risco a sua permanência na Universidade. O auxílio foi concedido por tempo determinado no valor de R\$ 300,00 (UFAL, 2013-2018).

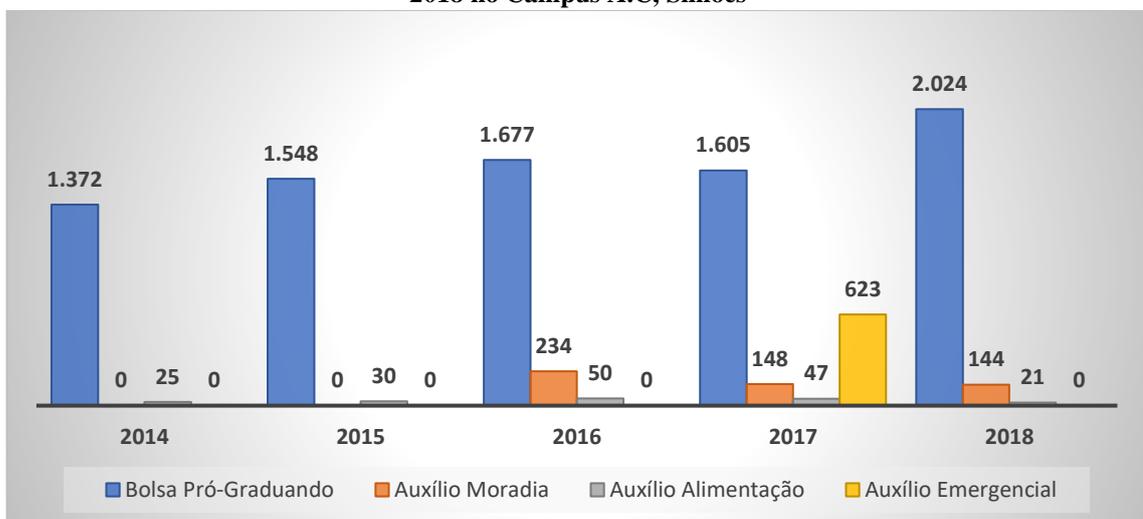
Gráfico 20 – Demonstrativo de Quantitativo de Alunos Assistidos Pela Assistência Estudantil de 2014 a 2018 no Campus de Arapiraca



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

Segundo o gráfico 20, vemos que houve um aumento na demanda e na assistência entre os anos de 2014 a 2018, aumento bem significativo. A bolsa pró-graduando teve um grande aumento no decorrer dos anos, apenas em 2017, porém foi significativo se comparado com os dados dos gráficos 17 e 18, onde mostra que em 2017 o número de alunos matriculados foi um dos menores registrados, assim como o quantitativos de alunos que ingressaram nos cursos de graduação, que foi um dos menores também em comparação aos demais, ou seja, o gráfico terá também uma oscilação em conciliação com os demais devido a essa oscilação nos outros indicadores.

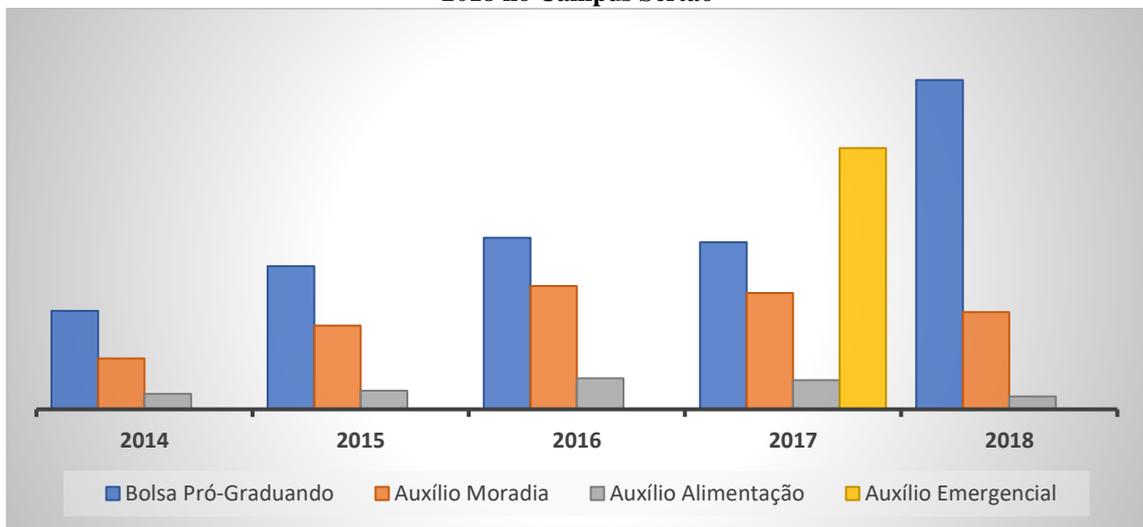
Gráfico 21 – Demonstrativo de Quantitativo de Alunos Assistidos Pela Assistência Estudantil de 2014 a 2018 no Campus A.C, Simões



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

Quanto ao campus A.C. Simões, houve a oscilação no ano de 2017 com relação ao anterior devido, assim como no campus de Arapiraca, aos indicadores apresentados nos gráficos 17 e 18. Podemos ver também, que no campus de A.C. Simões, o quantitativo de discentes referente aos auxílios moradia e alimentação foram bem menores, devido a uma prerrogativa, como no campus de A.C. Simões existe e funciona o Restaurante Universitário, assim como as Residência Universitária, não são pagos o valor aos alunos e sim são concedidas as refeições e a moradia aos alunos, já a moradia como não é o suficiente para todos, são pagos a alguns alunos o valor referente ao auxílio. Já no campus Arapiraca, o RU passou a funcionar apenas em 2019, o que explica o pagamento de muitos auxílios moradia, assim como no campus Sertão.

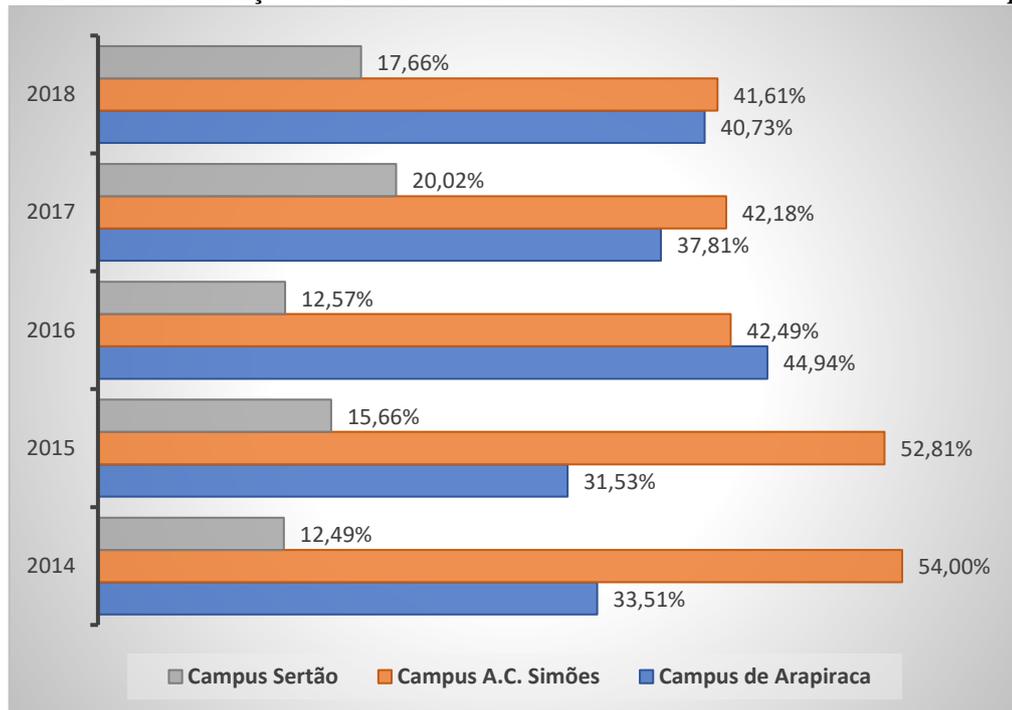
Gráfico 22 – Demonstrativo de Quantitativo de Alunos Assistidos Pela Assistência Estudantil de 2014 a 2018 no Campus Sertão



Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

No campus Sertão, não diferente do campus de Arapiraca, o fluxo maior é em torno da bolsa pró-graduando, como o quantitativo de alunos é menor que o campus de Arapiraca, no campus Sertão os auxílios são proporcionais ao quantitativo de alunos.

Em uma análise geral dos recursos da assistência estudantil temos a distribuição dos recursos em percentual de acordo com cada campus como mostra a gráfico 22.

Gráfico 23 – Distribuição dos Recursos da Assistência Estudantil de acordo com os *Campi*

Fonte: Criado pelo autor (2019), baseado em dados da UFAL (2013-2018).

Como vemos, em 2014 o campus de Arapiraca recebeu 33,51% dos recursos referentes as modalidades de bolsas/auxílios, enquanto o campus A.C. Simões recebeu 54,00% e o campus Sertão recebeu 12,49% dos recursos. Em 2015 houve um aumento para o campus Sertão que recebeu 15,66%, um aumento de 3,17% em relação ao ano anterior, já o campus de Arapiraca, foi reduzido em 1,98% dos recursos, assim como o campus A.C. Simões, que teve ser recursos com menos 1,19%. Já no ano de 2016, a situação mudou um pouco, o campus Sertão voltou para a faixa de 12,57%, reduzindo 3,09%, quase o total que aumento no ano de 2015, o campus A.C. Simões teve um redução de 10,32% em relação ao ano de 2015 e campus de Arapiraca teve um aumento de 13,41% nos recursos da assistência, ficando na frente dos outros dois *campi* em relação aos recursos da assistência. Em 2017 o campus Sertão teve um aumento nos recursos de 7,45%, enquanto o campus A.C. Simões revê uma pequena redução de 0,31%, ficando a maior redução para o campus de Arapiraca como 7,13%. Já no ano de 2018 o campus Sertão voltou a ter redução nos recursos da assistência estudantil de 2,36%, assim como o campus A.C. Simões que teve uma redução de 0,57% dos recursos, ficando para o campus de Arapiraca o aumento nos recursos, sendo de 2,92%.

Como isso, podemos ver que o campus de Arapiraca, se comparado com o campus A.C. Simões, está em igualdade em relação a assistência estudantil, levando em consideração apenas essas 4 modalidades. Sendo que apenas em 2016 o campus de Arapiraca recebeu mais recursos

que o campus A.C. Simões, ficando sempre na frente do campus Sertão, levando em consideração o montante total dos recursos recebidos.

Com isso vemos que o aumento ocorrido para o campus de Arapiraca se deu por conta de que em dezembro de 2015 houve a inauguração do prédio do RU no campus, porém, devido a problemas de gestão, financeiros e orçamentário o funcionamento e início das atividades se deram apenas em fevereiro de 2019. Com isso os alunos que tinham a bolsa pró-graduando até o início de 2016, passaram a receber, a partir de maio de 2016, o valor do auxílio alimentação junto ao da bolsa pró-graduando, ou seja, recebiam o valor de R\$ 400,00 da bolsa pró-graduando mais o valor de R\$ 150,00 referente ao auxílio alimentação. Ficaram recebendo até fevereiro de 2019, mês que iniciou as atividades do RU. Vemos que com isso o quantitativo de auxílios passa a aumentar no campus Arapiraca, ou seja, a demanda aumenta e o orçamento sobe para o campus devido a essa inclusão e acúmulo de bolsas, em determinação da Pró-reitoria Estudantil.

Quanto ao gasto *per capita* da política estudantil, levando em consideração apenas o ano de 2018, faz-se o seguinte cálculo, a média do quantitativo geral de aluno no campus Arapiraca em 2018 e o quantitativo de recurso destinado ao campus em 2018, e comparado com o campus A.C. Simões, fazendo o mesmo cálculo, no campus Arapiraca o gasto *per capita* da política de assistência estudantil é o maior, tendo um gasto *per capita* de 0,3105 em Arapiraca, o campus A.C. Simões com 0,1243 e o campus Sertão com 0,2903, ou seja, os recursos repassados para o campus Arapiraca é maior que os dos outros dois *campi*, ficando na seguinte ordem, campus Arapiraca, campus Sertão e campus A.C. Simões.

5.7 DO PERFIL DOS ESTUDANTES ASSISTIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Temos assim o perfil do estudante, com relação ao comparativo dos dados, nota-se que levando em consideração a satisfação da política em relação a faixa de renda familiar dos alunos, o aluno que tem renda familiar de até R\$ 1.500,00 é o perfil de aluno que está mais satisfeito com a política, já o perfil dos que estão mais insatisfeitos é o dos estudantes que tem renda maior que R\$ 2.500,00, tabela 3.

TABELA 3 – Comparativo da Renda em Comparação a Satisfação com a Política Estudantil

Faixa de Renda/Classificação	(%)
< R\$ 998,00	15,48%
2	4,52%
4	7,31%
5	3,65%
Entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00	53,56%
2	22,21%
3	8,94%
4	16,25%
5	6,15%
Entre R\$ 1.501,00 a R\$ 1.996,00	4,42%
3	4,42%
Entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.500,00	11,83%
2	1,63%
3	6,06%
4	4,13%
> R\$ 2.500,00	14,71%
0	7,40%
2	4,04%
4	3,27%
Total Geral	100,00%

Fonte: Criado pelo autor (2019).

Já o perfil dos alunos que conseguem manter suas despesas com o valor recebido da bolsa/auxílio são os que estão entre a faixa salarial acima de R\$ 998,00 até R\$ 2.500,00 e os que não mantêm estão a maior faixa entra renda de R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00. Tabela 3.

TABELA 4 – Comparativo da Renda em Comparação com as Despesas com a Faculdade

Faixa de Renda/Classificação	(%)
< R\$ 998,00	15,48%
Não, nem um pouco	11,92%
Sim, parcialmente	3,56%
Entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00	53,56%
Não, nem um pouco	18,08%
Sim, parcialmente	30,10%
Sim, totalmente.	5,38%
Entre R\$ 1.501,00 a R\$ 1.996,00	4,42%
Sim, parcialmente	2,02%
Sim, totalmente.	2,40%
Entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.500,00	11,83%
Não, nem um pouco	3,17%
Sim, parcialmente	3,85%
Sim, totalmente.	4,81%
> R\$ 2.500,00	14,71%
Não, nem um pouco	3,27%
Sim, parcialmente	11,44%
Total Geral	100,00%

Fonte: Criado pelo autor (2019).

Quanto a permanência, vemos que o perfil é de alunos que estão na faixa salarial até R\$ 1.500,00, os quais a bolsa tem uma grande contribuição para a permanência na faculdade. Tabela 4.

TABELA 5 – Comparativo da Renda em Comparação com a Permanência na Faculdade

Faixa de Renda/Classificação	(%)
< R\$ 998,00	15,48%
4	11,92%
5	3,56%
Entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00	53,56%
2	7,40%
3	8,94%
4	25,00%
5	12,21%
Entre R\$ 1.501,00 a R\$ 1.996,00	4,42%
4	2,40%
5	2,02%
Entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.500,00	11,83%
0	1,63%
2	5,10%
4	3,17%
5	1,92%
> R\$ 2.500,00	14,71%
0	7,98%
5	6,73%
Total Geral	100,00%

Fonte: Criado pelo autor (2019).

Quanto o perfil do aluno que mantem suas despesas com o valor recebido está entre a faixa salarial de até R\$ 1.500,00, tabela 6.

TABELA 6 – Comparativo da Renda em Comparação a Manutenção das Despesas

Faixa de Renda/Classificação	(%)
< R\$ 998,00	15,48%
4	11,92%
5	3,56%
Entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00	53,56%
2	7,40%
3	8,94%
4	25,00%
5	12,21%
Entre R\$ 1.501,00 a R\$ 1.996,00	4,42%
4	2,40%
5	2,02%
Entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.500,00	11,83%
0	1,63%
2	5,10%
4	3,17%
5	1,92%
> R\$ 2.500,00	14,71%
0	7,98%
5	6,73%
Total Geral	100,00%

Fonte: Criado pelo autor (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo a avaliação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Alagoas, campus de Arapiraca, onde foram avaliados a satisfação dos alunos quanto a política de assistência estudantil, o perfil dos alunos assistidos pelo programa de assistência estudantil e em linha temporal as políticas de assistência estudantil. Com isso temos que em parte a assistência estudantil cumpri os requisitos para a seleção dos alunos, porém é insuficiente em alguns pontos como a análise precisa, *in loco*, da realidade dos candidatos a política de assistência estudantil.

Como podemos ver, boa parte desses alunos são oriundos da rede pública de ensino, cursaram o ensino fundamental e médio nas redes municipais e estaduais respectivamente, são alunos de família de baixa renda, se levarmos em consideração que mais da metade disse ter renda entre um salário mínimo e R\$ 1.500,00 o que se enquadra no quesito de família em condições de baixa renda, temos também, alunos oriundo de outras cidades. Uma das principais reclamações dos alunos é que a avaliação da Assistência Social é falha, pois há alunos que acumulam bolsas, o que só é permitido em situações excepcionais, deixando de fora alunos que realmente necessitam da Assistência Estudantil, outro problema é a “burocracia” no processo, demanda de muitos documentos, tempo para juntar tanta papelada, bem como tempo de retorno do processo seletivo, o que também facilita a prestação de falsas informações, pois, alunos usam de má fé para conseguir o auxílio/bolsa e passar à frente de pessoas que realmente necessitam dessa assistência fornecendo informações falsas, que com a falha na avaliação acaba passando despercebido pela Assistência Social.

Por fim, o campus de Arapiraca hoje, tem é média 6.900 alunos matriculados nos cursos presenciais – dados levantados no portal da UFAL – e a Política de Assistência Estudantil, hoje, estar assistindo 1.272 alunos, levando em consideração que a média de alunos atual do campus é de 6.900 alunos, temos uma assistência de 25,44% dos alunos, mas devemos levar em consideração que desse total há alunos que não deveriam estar sendo assistidos pela política em questão pois, não cumprem ou deixaram de cumprir os requisitos para a concessão da política, e que nos 74,56% dos alunos que estão de fora, há discentes que se enquadram no perfil da política, mas está de fora por falta de vagas, falta de edital após o ingresso no curso etc., pode-se concluir que há falhas nessa política principalmente no que diz respeito a avaliação para a concessão dos auxílios/bolsas, devendo a Assistência Social desenvolver métodos junto a PROEST para uma avaliação mais concreta, mais certa quanto as condições de cada discente e um método de uma política mais abrangente, ou seja, assistir mais alunos do que o que está

sendo assistido, porém nesta questão sabemos que depende das verbas repassadas pelo governo para a determinação de abertura de mais vagas, o que não está sendo tão amistoso ultimamente.

No decorrer dos anos, acréscimos e quedas no ingresso de alunos no campus de Arapiraca, no entanto, quanto a assistência estudantil nota-se que também houve um aumento nos recursos, ficando ao lado do campus A.C. Simões nos recursos, o campus de Arapiraca, apesar de não estar em seu auge quando falamos da política de assistência estudantil, está bem encaminhado. Vendo que apesar a interiorização das faculdades, a campus de Arapiraca, assim como o campus Sertão, ainda dependem muito da Reitoria e de suas Pró-reitoria no campus em Maceió, o que dificulta a divisão de recursos de modo geral, dependendo de repasse feito da reitoria e presos a um orçamento – além do orçamento determinado pelo governo – muito pequeno determinado pela Reitoria.

Quanto a gestão da UFAL, ambos, Eurico e Valéria, tiveram acréscimos e quedas quanto a assistência estudantil em seus mandatos, porém, um marco conquistado e que vale ser destacado é a liberação da contra partida que os bolsistas tinham que dá (12 horas) semanais em “troca” do valor da assistência – isso para os que tinham a bolsa pró-graduando – o que é uma controvérsia a política, pois se temos uma política que deve colocar os alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica em igualdade com os demais, a contra partida era tida como uma controvérsia aos principal objetivo da política de assistência estudantil.

O perfil dos alunos que são assistidos pela assistência estudantil, alunos oriundas da rede pública de ensino, sendo o maior percentual dos alunos que tem renda entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00, onde mais de 50% dos alunos apresentam ter renda nessa faixa. Em questão de satisfação, confirma-se que os alunos dessa faixa salarial são em parte satisfeitos com a política, parte insatisfeitos e nos demais quesitos, essa faixa é a predominante. Com isso, temos que o quesito renda não está diretamente relacionado com a satisfação com a política, e sim, com as condições de permanência e cobertura das despesas da faculdade.

Portanto, foi verificado que a política, assim como grande maioria, há falhas, que muitas vezes ao invés de ajudar os alunos e garantir sua permanência, acaba prejudicando-os e causando o contrário do objetivo da política que é a diminuir a evasão dos alunos nos cursos, fazendo com que os alunos acabem desistindo de seus cursos. Para um percentual pequeno de alunos a política é totalmente eficaz, sendo um dos motivos de permanência no curso, pois é o único meio pelo qual os discentes conseguem suprir suas despesas com gastos, permitindo e garantindo a permanência no curso, ou seja, diminuindo a desigualdade socioeconômica entre eles. Conclui-se assim que a política é em parte falha, mas em parte cumpre o objetivo ao qual foi desenvolvida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo-SP, Fundação Carlos Chagas, n. 81. p. 53-60. 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- ARAÚJO, G. Desenvolvimento do Campo e Educação: concepções, contradições e possibilidades. *Entrelaçando*, n. 6. v. 1. p. 24-34. 2012. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/185?download=189>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*. Brasília-DF: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Programa de Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 5.612, 26 de dezembro de 1928*. Autoriza o Governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DPL/_DPL-ano.htm. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 5.616, 28 de dezembro de 1928*. Regula a criação de universidades nos Estados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5616-28-dezembro-1928-561381-republicacao-84998-pl.html>. Acesso em: 27 out. 2017
- BRASIL. *Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica*. São Paulo-SP. v. 23, n. 66, p. 7-23. USP, 2009.
- CARRANO, D. P., BERTASSI, A. L., e SILVA, G. M. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. *Revista Educação Online*, v. 13, n. 28, p. 1-19, mai-ago de 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/issue/view/20>. Acesso em: 06 set. 2019.
- COSTA, S. G. *A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil*. Porto Alegre-RS. 2010.
- CUNHA, L. *A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Civilização Brasileira/Edições UFC, 1980.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

ESTRADA, A. A., e RADAELLI, A. *A Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública: A Perspectiva Estudantil*. Araraquara-SP. n. 16, p. 32-47. 2014.

FÁVERO, M. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar*, Curitiba-PR, n. 28, p. 17-36, 2006, Editora UFPR.

FONAPRACE. Assistência Estudantil: Uma questão de Investimento. *Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares/Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis*, coordenação. ANDIFES. 2012. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html. Acesso em: 15 ago. 2019

HÖFILNG, E. D. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES [online]* v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 out. 2019.

IBGE. *Índice de Desenvolvimento Humano*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). v4.3.44. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>. Acessado em: 05 set. 2019.

ILANUD. O direito à educação: garantias legais. *Telefonia Fundação*. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/dca/o-direito-a-educacao-garantias-legais/>. Acesso em: 16 set. 2019.

JESUS, R. N. Entenda mais sobre a Metodologia do TCC, veja como fazer e os tipos existentes. *Projeto Acadêmico*. 2018. Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/metodologia-tcc/>. Acesso em: 1 nov. 2019

LASWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, 1936-1958

LINDBLOM, C. E. The Science of Muddling Through. *Public Administration Review*. v. 19, n. 2, p. 78-88. 1959. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/973677>. Acesso em: 25 out. 2019.

LINDBLOM, C. E. Still Mudding, Not Yet Through. *Public Administration*. v. 39, p. 517-526. 1979.

MACHADO, F. M. Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais. *Temporalis*, Brasília-DF. n. 33, p. 231-253. maio-jun de 2017. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/15560/pdf_1. Acesso em: 25 out. 2019.

PINTO, F. P. Políticas de Permanência: Estudo Multicaso das Universidades Federais do Estado de São Paulo. *Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN*, Osasco-SP. 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/47354>. Acesso em: 29 out. 2019.

PIRES, M. F. O Materialismo Histórico-dialético e a Educação. *Interface - Comunic, Saúde, Educ 1*, v. 1, n. 1, p. 83-94, Botucatu-SP, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

PROEST/UFAL. *EDITAL Nº 02/2019 / PROEST/UFAL: PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL*. Maceió, AL. Disponível em <https://editais.ufal.br/assistencia-estudantil/processo-seletivo-para-ingresso-nos-programas-de-assistencia-estudantil-1/edital-de-abertura/view>. Acesso em: 06 ago 2019.

REUNI. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais*. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 15 jul 2019.

SARAVIA, E., FERRAREZI, E. *Introdução à Teoria da Política Pública*. v.1. Brasília-DF: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

SIMON, H. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro-RJ: USAID, 1957.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20-45. jul-dez 2006. Porto Alegre-RS. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003. Acesso em: 11 out. 2019.

UFAL. *Prestação De Contas Ordinárias Anual Relatório De Gestão Exercício*. Maceió-AL. 2013-2018. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/comunicacao/relatorios>. Acesso em: 01 nov. 2019.

UFAL. *Estudantil - Proest*. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/institucional/pro-reitorias/proest>. Acesso em: 6 jun. 2019.

VINHAIS, H. E. Estudo Sobre o Impacto da Expansão das Universidades Federais no Brasil. *Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade*. São Paulo-SP. 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/pt-br.php>. Acesso em: 01 nov. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO AOS DISCENTES/BOLSISTAS NO CAMPUS DE ARAPIRACA E RESPECTIVAS UNIDADES DE ENSINO

Qual o curso você estuda na UFAL?

Qual o ano de ingresso?

Em qual período você está atualmente?

- Entre o 1º período e o 2º período
- Entre o 3º período e o 4º período
- Entre o 5º período e o 6º período
- Entre o 7º período e o 8º período
- Entre o 9º período e o 10º período
- Vínculo para TCC

Qual a sua renda bruta família?

- Menos de um salário mínimo.
- Entre R\$ 998,00 a R\$ 1.500,00
- Entre R\$ 1.501,00 a R\$ 1.996,00
- Entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.500,00
- Maior que R\$ 2.501,00

Quantas pessoas residem em sua casa? (Considerar você no quantitativo).

O Progenitor (a) de sua família participa do Programa Bolsa Família?

Você cursou o Ensino Fundamental em que tipo de escola?

- Escola Pública
- Escola Particular
- Escola Particular como bolsista

Você cursou o Ensino Médio em que tipo de escola?

- Escola Pública
- Escola Particular
- Escola Particular como bolsista
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Qual o principal meio de sustento de sua família?

- Aposentadoria
- Salário recebido de Pessoa Jurídica
- Rendimento próprio (Empreendimento)
- Bolsa Família e/ou outro programa do governo
- Trabalho autônomo

Qual horário você está na universidade?

- Manhã
- Tarde
- Noite

- Integral (Considerar integral se estiver mais de um horário na universidade, independente do turno)

Você recebe ou já recebeu algum tipo de auxílio ofertados pelo NAE?

- Sim
 Não

Qual tipo de auxílio?

- Auxílio Alimentação
 Auxílio Moradia
 Pró-graduando
 Restaurante Universitário (RU Gratuito)
 Pró-Graduando + Auxílio Alimentação

Atualmente, como mantem suas despesas com a faculdade? (transporte, xerox, impressões, compra de material para trabalhos etc.)

- Pais
 Trabalho Assalariado
 Trabalho Autônomo
 Auxílio e/ou Bolsa concedidos pelo NAE
 Bolsista em Projeto de Pesquisa e Extensão
 Outras Rendas não especificadas anteriormente

O valor que você recebe é suficiente para suprir suas necessidades e despesas com a faculdade?

- Sim, totalmente.
 Sim, parcialmente
 Não, nem um pouco
 Não recebo nenhum tipo de auxílio/bolsa

Em uma escala de 0 a 5. O quão satisfeito você estar com seu auxílio/bolsa? (Sendo 0 nenhum pouco satisfeito e 5 totalmente satisfeito) - Para quem recebe apenas.

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 5 |

Em uma escala de 0 a 5. O quanto esse auxílio/bolsa está contribuindo para a sua permanência no seu curso de graduação? - Para quem recebe apenas.

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 5 |

Em uma escala de 0 a 5. Qual seu nível de satisfação com o atendimento dos Técnicos Administrativos da Assistência Social (NAE). Considerar Técnicos Administrativos os servidores de modo geral?

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 5 |

Na sua opinião, o que deveria melhorar nos processos seletivos (editais) de concessão de bolsas executados pela PROEST e pelos NAEs?

Em uma escala de 0 a 5. De modo geral o qual satisfeito você estar com a Política de Assistência Estudantil da UFAL, campus de Arapiraca e suas respectivas unidades de ensino?

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 5 |